

Sumário

Número de notícias: 45 | Número de veículos: 41

VALOR ECONÔMICO - SP - EMPRESAS
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Receita Federal detalha as novas regras de importação5

VALOR ECONÔMICO - SP - LEGISLAÇÃO E TRIBUTOS
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

A decisão do STJ sobre subvenções fiscais - OPINIÃO JURÍDICA.....6

CORREIO DE SERGIPE - ARACAJU - SE - ECONOMIA
SEGURIDADE SOCIAL

MP regulamenta mercado de apostas esportivas8

O ESTADO - FORTALEZA - CE - ECONOMIA
SEGURIDADE SOCIAL

Empresas "bets" terão alíquota de 18% sobre a renda de apostas9

FOLHA DE PERNAMBUCO - RECIFE - PE - ESPOTES
SEGURIDADE SOCIAL

MP das apostas taxa as 'bets' em 18%.....10

O GLOBO - RJ - ESPORTES
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

As principais mudanças para apostadores com a MP11

DIÁRIO DA MANHÃ - GO - GERAL
SEGURIDADE SOCIAL

INSS aposta em trabalho extra para zerar fila12

CORREIO POPULAR - CAMPINAS - SP - BRASIL
SEGURIDADE SOCIAL

INSS faz trabalho extra para reduzir fila de processos.....13

FOLHA ONLINE - SP
SEGURIDADE SOCIAL

Veja quem pode ter a pensão por morte sem desconto do INSS (Previdência).....14

AGÊNCIA BRASIL - NOTÍCIAS
SEGURIDADE SOCIAL

Caixa paga novo Bolsa Família a beneficiários com NIS de final 8.....16

O POPULAR - GO - POLÍTICA
ECONOMIA

Caixa começa a pagar lucro de R\$ 12,719 bi em 2022.....17

ESTADO DE MINAS - BELO HORIZONTE - MG - ECONOMIA
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Agência de risco eleva nota de crédito do Brasil18

CORREIO BRAZILIENSE - DF - ECONOMIA
REFORMA TRIBUTÁRIA

Fitch melhora nota de crédito do Brasil20

O ESTADO DE S. PAULO - POLÍTICA
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Royalties para locais sem petróleo ferem direitos, dizem especialistas.....21

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Queda de investimento direto em junho é pontual, diz BC.....23

Quinta-Feira, 27 de Julho de 2023

G1 - NACIONAL - G1 PRINCIPAL
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Em meio a recesso, Lula envia propostas à Câmara e amplia pauta do governo no Legislativo 24

PORTAL R7 - NACIONAL - BRASÍLIA
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Reforma ministerial é decisiva para agenda do governo no Congresso no 2º semestre, dizem especialistas 25

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO
REFORMA TRIBUTÁRIA

Taxação de super-ricos será enviada em agosto, diz Haddad 27

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
REFORMA TRIBUTÁRIA

O desafio de taxar os super-ricos (Editorial) 29

O GLOBO - RJ - ECONOMIA
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Haddad defende taxaçoão dos "fundos exclusivos" 30

O ESTADO - FORTALEZA - CE - ÚLTIMAS
REFORMA TRIBUTÁRIA

Haddad diz que taxaçoão de super-ricos será enviada em agosto 31

MEIO NORTE - TERESINA - PI - NACIONAL
REFORMA TRIBUTÁRIA

Haddad defende taxar grandes fortunas e contas paradisíacas 32

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
REFORMA TRIBUTÁRIA

Haddad fala em alíquota padrão de 25% para IVA 33

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
REFORMA TRIBUTÁRIA

Ministro volta a pedir que Senado dê "limada" em texto da reforma 34

VALOR ECONÔMICO - SP - LEGISLAÇÃO E TRIBUTOS
REFORMA TRIBUTÁRIA

Reforma tributária aumentará a carga de impostos do setor de saneamento básico 35

O GLOBO ONLINE - RJ - ECONOMIA
REFORMA TRIBUTÁRIA

Reforma Tributária: jabuti abre brecha para redução de tributos sobre armas e munições, dizem especialistas 37

O GLOBO ONLINE - RJ - ECONOMIA
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Novas regras de socorro a estados e municípios serão enviadas em único projeto à Câmara. Veja agenda após o recesso 39

GAZETA DE ALAGOAS - AL - POLÍTICA
REFORMA TRIBUTÁRIA

FAZENDA PROPÕE MEDIDAS PARA FACILITAR CRÉDITO A ESTADOS 40

DIÁRIO DO PARÁ - BELÉM - PA - BRASIL
REFORMA TRIBUTÁRIA

Pacote beneficia estados e municípios 42

O GLOBO ONLINE - RJ - POLITICA
REFORMA TRIBUTÁRIA

Ao estilo do orçamento secreto , parlamentares distribuem oito vezes mais verbas via emendas pix em 2023

..... 44

VALOR ECONÔMICO - SP - LEGISLAÇÃO E TRIBUTOS
REFORMA TRIBUTÁRIA

Energia e telecom poderão pagar Imposto Seletivo 45

AGÊNCIA BRASIL - NOTÍCIAS
SEGURIDADE SOCIAL

Acidentes de trabalho no Brasil somam 612 mil em 2022 47

G1 - NACIONAL - ECONOMIA
SEGURIDADE SOCIAL

Juros bancários médios têm 1ª queda do ano em junho, para 44,6% ao ano 49

PORTAL R7 - NACIONAL - ECONOMIA
SEGURIDADE SOCIAL

Juros do cartão de crédito rotativo atingem 437,3% em junho, maior taxa para o mês desde 2016

..... 50

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
REFORMA TRIBUTÁRIA

Melhora é só um passo para grau de investimento, dizem analistas 51

VALOR ECONÔMICO - SP - CAPA
ECONOMIA

Melhora do cenário leva analistas a aumentarem o preço-alvo das ações 52

VALOR ECONÔMICO - SP - FINANÇAS
REFORMA TRIBUTÁRIA

Elevação do rating reflete clima econômico melhor 54

DIÁRIO DO PARÁ - BELÉM - PA - ECONOMIA
REFORMA TRIBUTÁRIA

Dólar cai ao menor nível desde 04/22 após nota do Brasil subir 56

O ESTADO - FORTALEZA - CE - ÚLTIMAS
REFORMA TRIBUTÁRIA

Dólar cai ao menor patamar desde abril de 2022 57

ESTADO DE MINAS - BELO HORIZONTE - MG - ECONOMIA
ECONOMIA

Juros nos EUA são os mais altos em 22 anos 58

O GLOBO - RJ - ECONOMIA
ECONOMIA

BC americano eleva juros para o maior patamar desde 2001 59

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
ECONOMIA

"Se Copom não cortar Selic, vai surpreender o mundo" 61

O GLOBO - RJ - ECONOMIA
ECONOMIA

Contas externas: déficit vai a US\$ 50 bi em 12 meses 62

VALOR ECONÔMICO - SP - ESPECIAL
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Investir na primeira infância ajuda a superar problemas do país, diz Menezes 63

Quinta-Feira, 27 de Julho de 2023

O TEMPO - BELO HORIZONTE - MG - OPINIÃO
ECONOMIA

Falta de educação contextualizada eleva custo-Brasil (Artigo)..... 66

Receita Federal detalha as novas regras de importação

Jéssica Sant"Ana e Adriana Mattos

A **Receita Federal** publicou nesta quarta-feira (26) a portaria que disciplina o Remessa Conforme, programa de conformidade destinado a marketplaces estrangeiros como AliExpress, Shein e Shopee. O normativo detalha todo o processo para certificação das empresas que querem participar do programa.

Era a portaria que as empresas estavam esperando para entender melhor as regras e poder solicitar a adesão. O programa terá início oficialmente em 1º de agosto, mas ainda não é possível garantir que já haja uma empresa habilitada nessa data, pois elas precisam protocolar o pedido de adesão e a Receita fazer a análise.

Para pedir a adesão, as empresas estrangeiras devem apresentar um representante no Brasil, podendo ser pessoa física ou jurídica, e informar o seu Trader Identification Number (TIN) no formulário de requerimento de certificação. Elas, ou a empresa de courier, precisam ter contrato com os Correios e se comprometer a fornecer informações sobre as remessas para preenchimento da Declaração de Importação de Remessas (DIR).

As empresas também precisam repassar os valores dos **impostos** cobrados do destinatário.

No momento, haverá somente a cobrança de ICMS - uma alíquota única de 17%. O imposto de importação - atualmente em 60% - será zerado a partir de 1º de agosto para as compras de até US\$ 50 feitas em sites que vieram a aderir ao Remessa Conforme.

Em entrevista ao portal "Metrópoles", o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, disse que espera que os marketplaces estrangeiros façam sua adesão ao programa, porque hoje atuam na "ilegalidade" e ficam com a "pecha de muambeiros".

"Uma empresa que fatura 10, 20, 50 bilhões de dólares no mundo, ficar com a pecha de muambeira, não é bom para ninguém", afirmou o ministro. "Se legalize, não prejudique o consumidor, não leve o consumidor a erro, não prejudique o comércio de bairro, as feiras populares no Brasil, que estão sofrendo efeito [do comércio irregular]", observou.

O ministro afirmou, ainda, que as empresas precisam recolher o ICMS. "Caso contrário, [a empresa] corre o risco de mandar o avião embora, carregado com a mercadoria que veio."

Site: <https://valor.globo.com/virador/#!/edition/187613>

A decisão do STJ sobre subvenções fiscais - OPINIÃO JURÍDICA

Luís Eduardo G. Barbieri é advogado, sócio da BCP Consultoria Tributária e Aduaneira, mestre em Direito Tributário pela PUC/SP e doutorando em Direito Público pela Universidade de Coimbra.

O julgamento sob a sistemática de recursos repetitivos do Tema 1.182, realizado recentemente (26 de abril de 2023) pela 1ª Seção do Superior Tribunal de Justiça (STJ), relacionado à possibilidade de utilização dos benefícios fiscais do ICMS como redução das bases de cálculos do IRPJ e da CSLL, foi amplamente divulgado como uma "vitória" da União.

Pois bem. Com a publicação do inteiro teor do acórdão do REsp 1.945.110/RS constata-se claramente que o resultado do julgamento não foi exatamente aquele propagado. A decisão trouxe pontos positivos para ambas as partes - União e contribuintes.

Importante, portanto, delinear o alcance daquilo que, de fato, foi definido pelo STJ. Nesse sentido, três pontos são fundamentais para compreender todo o imbrólio jurídico formado acerca da matéria.

O primeiro deles: foi estabelecido na "Tese 1" do acórdão que às diversas espécies de benefícios fiscais relacionados ao ICMS - redução da base de cálculo, redução de alíquotas, isenção, diferimento, entre outras - não podem ser aplicado o mesmo entendimento firmado no EREsp 1.517.492/PR, que excluiu o crédito presumido de ICMS das bases de cálculos do IRPJ e da CSLL.

Em outras palavras, não se pode atribuir os mesmos efeitos jurídicos daquilo que foi decidido no julgamento de uma das "espécies" de benefício fiscal - o crédito presumido - para todas as demais espécies de benefício fiscal ("gênero").

Destarte, restou decidido que é impossível a aplicação daquele julgado específico a todos os demais que estavam submetidos ao rito dos recursos repetitivos. Assim, houve vitória parcial da Fazenda Pública nesse ponto.

E apenas neste!

No entanto, os outros dois pontos fundamentais fixados no julgado certamente devem trazer uma maior segurança jurídica aos contribuintes na utilização das

subvenções de ICMS para reduzir as bases de cálculos do IRPJ e da CSLL.

Destaca-se, nesse passo, o relevante comando trazido na "Tese 2" do julgado.

Restou decidido que não pode mais ser exigida a comprovação da aplicação dos valores obtidos como benefício fiscal na implantação ou expansão de empreendimentos econômicos. Portanto, parece-nos que a decisão do STJ conflita com os entendimentos constantes das Soluções de Consulta Cosit da **Receita Federal do Brasil** n.º 145/2000, 12/2022 e 15/2022, ao definir no julgado que, para a exclusão dos benefícios fiscais, não deve ser exigida a demonstração de concessão como estímulo à implantação ou expansão de empreendimentos econômicos.

Essa era exatamente uma condição imposta nas citadas soluções de consulta.

Aqui um posicionamento aderente àquele defendido pelos contribuintes.

Por fim, o último ponto fundamental, talvez o mais favorável aos contribuintes, está relacionado à "Tese 3" do julgado.

Nesta tese restou definido que "(...) a dispensa de comprovação prévia, pela empresa, de que a subvenção fiscal foi concedida como medida de estímulo à implantação ou à expansão do empreendimento econômico não obsta a **Receita Federal** de proceder ao lançamento do IRPJ e da CSLL", no entanto, a autuação fiscal somente poderá ser efetuada nos casos em que em procedimento de fiscalização, "(...) for verificado que os valores oriundos do benefício fiscal foram utilizados para finalidade estranha à garantia da viabilidade do empreendimento econômico".

Portanto, caso o contribuinte utilize os valores obtidos com os benefícios fiscais do ICMS em dispêndios "necessários e pertinentes" às atividades inerentes ao objeto da empresa, visando garantir a viabilidade do empreendimento econômico, restarão atendidos os requisitos previstos na decisão do STJ.

Assim, entendemos que a 1ª Seção do STJ, ao fim e

ao cabo, corroborou as condições e restrições já previstas na legislação de regência da matéria para excluir os benefícios fiscais das bases de cálculos do IRPJ e da CSLL.

Em suma, na Tese 3 os ministros definiram ser possível a exclusão dos benefícios fiscais de ICMS da base de cálculo do IRPJ e CSLL, quando atendidos os requisitos previstos nos artigos 9 e 10 da LC nº 160/2017 e no artigo 30 da Lei nº 12.973/2014. Estes dispositivos legais dispõem que os valores resultantes dos incentivos fiscais de ICMS devem ser registrados na conta "Reserva de Lucros", de modo que somente poderão ser utilizadas no aumento do capital social da própria empresa e, também, se for o caso, para absorção de prejuízo fiscal.

Essa exegese, inclusive, encontra guarida no próprio voto do ministro Benedito Gonçalves, ao asseverar que "(...) na linha do entendimento já firmado pela Segunda Turma, há a necessidade de registro em reserva de lucros e limitações correspondentes, nos termos da Lei, (...)".

E mais. No voto-vogal do ministro Herman Benjamin (no qual restou proposto o acréscimo da Tese 3) ficou expressamente assentado que com a inclusão do § 4º no artigo 30 da Lei 12.973/2014, pela LC 160/2017, houve a clara indicação de equiparação dos incentivos fiscais, qualquer que seja sua natureza, à "subvenção de investimento", exigindo como contrapartida apenas que os respectivos valores sejam mantidos em conta de Reserva de Lucro no Patrimônio Líquido. Portanto, nada mais pode ser exigido pelo Fisco.

Destarte, a nosso entender, a decisão do STJ veio trazer mais estabilidade à relação Fisco-Contribuinte e, também, resguardar direitos dos contribuintes na correta utilização das subvenções de ICMS na redução das bases de cálculos do IRPJ e CSLL.

Luís Eduardo G. Barbieri é advogado, sócio da BCP Consultoria Tributária e **Aduaneira**, mestre em Direito Tributário pela PUC/SP e doutorando em Direito Público pela Universidade de Coimbra.

Site: <https://valor.globo.com/virador/#/edition/187613>

MP regulamenta mercado de apostas esportivas

Foi publicada, na terça-feira (25), a Medida Provisória 1.182/23, que regulamenta a exploração das apostas de quota fixa, conhecidas como bets. O texto traz regras para evitar manipulação dos jogos e destina parte da arrecadação para áreas sociais. A MP altera a Lei 13.756/18, que regulamenta a exploração de loterias.

Junto com a MP, foi enviado ao Congresso Nacional um projeto de lei que trata da estrutura e dos processos administrativos para fiscalização desse mercado de apostas esportivas.

De acordo com o governo, a medida provisória busca formalizar uma área de interesse público, abrindo uma nova fonte de receita para o Estado, e garantir segurança aos apostadores.

A MP estabelece que, do valor da arrecadação com os jogos, serão descontados o prêmio e o imposto de renda incidente sobre a premiação. O restante será distribuído para as empresas de apostas (82%) e para: contribuição da **seguridade social** (10%); Educação Básica (0,82%); Fundo Nacional de Segurança Pública (2,55%); Ministério do Esporte (3%); e clubes e atletas associados às apostas (1,63%).

Autorização

A regulamentação da atividade será feita pelo Ministério da Fazenda, que também vai autorizar o funcionamento das bets, em meio físico ou virtual (apostas por meio de sites e apps), e fixar o valor da autorização (outorga). Poderão solicitar autorização pessoas jurídicas nacionais ou estrangeiras estabelecidas no território nacional.

O texto prevê suspensão e multas para as empresas que funcionarem sem autorização ou descumprirem normas regulatórias. As multas poderão variar entre 0,1% e 20% sobre a arrecadação da empresa, com limite de R\$ 2 bilhões, por infração.

Proibição

A MP 1.182/23 proíbe determinadas pessoas de participar de apostas esportivas, como menores de 18 anos, dirigentes das empresas de aposta e agentes públicos responsáveis pela regulação ou fiscalização da atividade.

Também não poderão fazer apostas pessoas que tenham qualquer influência no resultado do evento, como dirigentes esportivos, atletas e árbitros, e inscritas nos cadastros nacionais de proteção ao crédito. Em alguns casos, a proibição se estende aos cônjuges, companheiros e parentes até segundo grau.

Além disso, as empresas terão que informar ao Ministério da Fazenda eventos suspeitos de manipulação de resultados.

Outros pontos

A MP estabelece ainda que as empresas de apostas deverão promover ações informativas e preventivas de conscientização de apostadores e de prevenção do transtorno do jogo patológico.

Prêmios que não forem retirados em até 90 dias serão revertidos para o Financiamento Estudantil (Fies), até 2028. Após essa data, os recursos irão para o Tesouro Nacional.

A MP 1.182/23 será analisada pela Câmara dos Deputados e pelo Senado.

Site:

<https://digital.maven.com.br/pub/correiodesergipe/?numero=6209&edicao=129526>

Empresas "bets" terão alíquota de 18% sobre a renda de apostas

Nos últimos anos a proliferação de empresas que comercializam apostas em jogos tem crescido muito. São as empresas conhecidas como "bets". Agora, elas terão que pagar uma alíquota de 18% sobre a receita obtida com os jogos, descontados os prêmios pagos aos jogadores. Com isso, haverá também tributação de 30% referente ao Imposto de Renda sobre prêmios recebidos pelos apostadores que ficarem acima da faixa de isenção de R\$ 2.112.

Com relação à arrecadação, 10% serão destinados à **seguridade social**, 3% vão para o Ministério do Esporte, 2,55% serão direcionados ao Fundo Nacional de Segurança Pública (FNSP) para ações de combate à manipulação de apostas e à lavagem de dinheiro. O repasse para entidades esportivas será de 1,63%, e para a educação básica, de 0,82%. A projeção do ministro da Fazenda, Fernando Haddad, é que o governo consiga arrecadar R\$ 2 bilhões. A pasta projeta que, uma vez que o mercado esteja totalmente regulado, o potencial de arrecadação anual ficará entre R\$ 6 bilhões e R\$ 12 bilhões.

Isso será possível porque o governo federal publicou nessa terça-feira (25/07) a Medida Provisória (MP) que regulamenta as apostas esportivas. O texto prevê que o dinheiro arrecadado será destinado a áreas como segurança pública, educação básica, clubes esportivos e ações sociais. Do volume a ser distribuído, 3% ficarão para o Ministério do Esporte e 1,63%, para entidades esportivas que tiverem a marca explorada.

Em maio deste ano, a Fazenda desenhou uma proposta na qual previa a cobrança de uma alíquota de 16%. A elevação da tributação para 18% acompanhou o aumento do repasse para o Ministério do Esporte, que saltou de 1% para 3%. A ampliação de recursos coincide com o momento em que a pasta tem sido cobçada pelo centrão, que intensificou a pressão para que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva faça uma **reforma ministerial** mais ampla. A ministra do esporte, Ana Moser, é uma das mulheres que têm a permanência ameaçada no governo.

O texto prevê ainda que os prêmios que não forem retirados pelos ganhadores no prazo de até 90 dias serão revertidos ao Fies (Financiamento Estudantil) até 24 de julho de 2028. Após essa data, os recursos serão recolhidos pelo Tesouro Nacional e poderão ser usados pela União.

A MP tem força de lei imediatamente, mas pode perder a eficácia caso não seja aprovada pelo Congresso Nacional em até 120 dias. A norma dá ao Ministério da Fazenda o poder para detalhar ainda mais as regras das apostas e da arrecadação da verba. Também determina que a pasta deverá fiscalizar a atividade e "requisitar dos agentes regulados informações técnicas, operacionais, econômico-financeiras e contábeis, dados, documentos, certificados, certidões e relatórios". O Ministério da Fazenda projeta que, uma vez que o mercado esteja totalmente regulado, o potencial de arrecadação anual ficará entre R\$ 6 bilhões e R\$ 12 bilhões. A MP também proíbe a participação em apostas, de forma direta ou indireta, de menores de 18 anos, agentes públicos com atribuições relacionadas à regulação e à fiscalização da atividade em nível federal, pessoas que possam ter "qualquer influência" nos resultados dos jogos, como treinadores, árbitros e atletas, entre outros.

Site: <https://oestadoce.com.br/digital/27-07-2023-edicao24624/>

MP das apostas taxa as 'bets' em 18%

Autorizadas por lei desde 2018, as apostas esportivas estavam, até então, operando no Brasil sem fiscalização, não pagando **impostos**. Cenário que está com os dias contados. O governo federal publicou na manhã da última terça a medida provisória 1.182/2023, que trata sobre a regulamentação do mercado de quota fixa. As regras já estão em vigor, mas o Congresso Nacional terá até 120 dias para analisar a MP para não perder a validade. A decisão mexe com a arrecadação do Ministério do Esporte, de clubes e atletas.

"Essa medida vai disciplinar a exploração de loterias e apostas. As "bets" serão taxadas em 18% sobre o "Gross Gaming Revenue" (GGR), que é a receita que eles ganham em todos os jogos, tirando o pagamento de prêmios e o imposto de renda sobre a premiação. O Governo acredita que é possível arrecadar R\$ 2 bilhões em 2024, com esse valor podendo chegar até R\$ 12 bilhões nos próximos anos. Uma fatia disso ficará com os clubes, que antes não eram beneficiados. Eles forneciam o conteúdo, que era o jogo, mas não lucravam com a operação.

No máximo, fechavam patrocínios com essas empresas. Agora, terão um percentual a receber", afirmou o presidente da Federação Pernambucana de Futebol (FPF), Evandro Carvalho.

O que prevê a medida provisória O governo estabeleceu que as taxas serão distribuídas em 10% para a contribuição destinada à **seguridade social**, 3% ao Ministério do Esporte, 2,55% ao Fundo Nacional de Segurança Pública, 1,63% aos clubes e atletas que tiverem nomes e símbolos ligados às apostas e, por fim, 0,82% à educação básica.

"Essa medida também será importante para eliminar no mercado possíveis esquemas de manipulação.

Em um dos artigos, é dito que é possível proibir uma aposta em determinadas ações individuais.

Isso significa que está em estudo coibir o que chamamos de 'aposta negativa', como faltas e cartões. O objetivo é manter o modelo antigo de focar nos palpites de resultados. As empresas apoiam a MP. As que não apoiarem, é porque não são confiáveis", informou o presidente.

Aposta irregular gera multa Quem executar apostas sem autorização prévia do Ministério da Fazenda ou oferecer o serviço em desacordo com a lei será

multado entre 0,1% e 20% do valor de arrecadação da empresa, no limite de até R\$ 2 bilhões por infração.

Também são previstas a possibilidade de cassação da licença de operação e a suspensão das atividades da empresa. Os apostadores ganhadores terão até 90 dias para reclamarem seus prêmios. Se não o fizerem, os valores não retirados serão direcionados ao Financiamento Estudantil (Fies) até 24 de julho de 2028 e, após essa data, serão recolhidos ao Tesouro Nacional.

A MP definiu proibições de apostas esportivas aos agentes públicos que devam fazer a fiscalização do setor em nível federal; aos menores de 18 anos; às pessoas que tenham ou possam ter acesso aos sistemas informatizados de loteria de apostas de quota fixa; assim como aquelas que tenham ou possam ter influência no resultado de evento real de temática esportiva objeto da loteria (como árbitros, empresários esportivos, técnicos e outros) e aos inscritos nos cadastros nacionais de proteção ao crédito

Site: <https://www.folhape.com.br/edicao-impressa/2487/27-07-2023/>

As principais mudanças para apostadores com a MP

ATHOS MOURA athos.moura@oglobo.com.br -

O Governo Federal publicou na última terça-feira a tão aguardada Medida Provisória (MP) que regulamenta o setor de apostas esportivas. Um projeto de lei elaborado pelos ministérios da Fazenda e do Esporte também foi enviado ao Congresso Nacional e outras portarias estão previstas para serem publicadas em breve. O texto traz alterações não só na forma como as casas de apostas vão atuar - como o pagamento de imposto de 18% da sua receita bruta - como também para os apostadores e organizações esportivas, que passarão a receber 1,63% do que for arrecadado com os **tributos**.

-O texto editado pelo governo atende a uma expectativa de mais de quatro anos das casas de apostas, sendo o primeiro passo para a transformação do setor no Brasil.

Hoje, convivem no país empresas que buscam as melhores práticas internacionais, conformes à regulamentação e à tributação justa, e aquelas oportunistas, que, nos bastidores, torcem para que nada mude, para continuar operando à margem de regras - disse Wesley Cardia, presidente da Associação Nacional de Jogos e Loterias (ANJL).

Segundo a MP, as apostas avulsas não serão taxadas. O apostador só terá que pagar imposto (30%) caso ganhe o prêmio. E a cobrança só será feita a partir do valor de R\$ 2.112, que é a faixa de isenção.

O apostador também seguirá regras a serem definidas pelo Ministério da Fazenda para preservar o jogo responsável. O órgão poderá "limitar a quantidade, a frequência e os valores de apostas por evento ou apostador".

O vencedor terá o prazo de 90 dias para resgatar o seu prêmio.

Até julho de 2028, caso o ganhador não saque o dinheiro, o valor será enviado para o Fundo de Financiamento Estudantil (FIES). Após esse período, o dinheiro será destinado ao Tesouro Nacional.

De acordo com o Ministro da Fazenda, Fernando Haddad, o governo pode arrecadar R\$ 2 bilhões por ano com a regulamentação. Porém, há expectativa de

que esse ganho possa variar de R\$ 6 bilhões a R\$ 12 bilhões a longo prazo.

-A carga tributária será de 18% sobre o chamado GGR (gaming gross revenue, arrecadação), mas se somarmos os demais **impostos** e taxas como PIS, COFINS, ISS, entre outros, o valor vai chegar na casa dos 30%, deixando o Brasil como a maior carga tributária do mundo quando comparado a outros mercados já regulados e maduros - diz Cristiano Maschio, fundador e CEO da Qesh, instituição de pagamento que facilita operações no setor de jogos online no Brasil.

De acordo com o texto, estão proibidos de jogar os menores de idade; pessoas ligadas às empresas de apostas; agente público com atribuições diretamente relacionadas à regulação e à fiscalização da atividade; pessoas com acesso a sistemas informatizados de loteria de apostas; e pessoas que possam influenciar os resultados, como treinadores, jogadores e dirigentes.

A MP já entrou em vigor.

O governo tem 120 dias para aprovar o projeto de lei no Congresso. Caso contrário, a medida perde a validade.

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

INSS aposta em trabalho extra para zerar fila

Em meio às fortes cobranças do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, o Instituto Nacional da **Seguridade Social (INSS)** turbinou o trabalho extra dos servidores no âmbito do Programa de Enfrentamento à Fila da **Previdência Social (PEFPS)**, lançado na semana passada por meio de medida provisória (MP).

Com o objetivo de acelerar, ainda mais, a redução da fila de 1,8 milhão de pedidos à espera de análise, o **INSS** aumentou na última terça-feira, 25, de seis para quinze o número máximo de processos extras por dia por funcionário. O mutirão tem prazo previsto de nove meses, prorrogáveis por mais três, e prevê o pagamento de bônus por processo concluído, o qual pode quase dobrar o salário do servidor - com um adicional máximo de R\$ 10 064 por mês.

"Os processos estão sendo priorizados de acordo com o tempo de espera. Só estão sendo analisados os processos acima de 45 dias e os mais antigos têm prioridade" afirmou o presidente do **INSS**, Alessandro Stefanutto, em entrevista ao Estadão.

Segundo ele, o trabalho no contraturno teve início na última sexta-feira, com adesão acima do previsto e jornada no fim de semana.

Atualmente, há 1,79 milhão de solicitações de benefícios e perícia médica à espera de análise do **INSS**. Segundo o Portal da Transparência Previdenciária, 64% dos pedidos estão na fila há mais de 45 dias - dos quais, 24% aguardam de 45 a 90 dias; 27% de três a seis meses; 11% de seis meses a um ano; e 2% esperam há mais de um ano

Site: <https://digital.dm.com.br/#!/view?e=20230727&p=1>

INSS faz trabalho extra para reduzir fila de processos

Em meio às fortes cobranças do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, o Instituto Nacional da **Seguridade Social (INSS)** turbinou o trabalho extra dos servidores no âmbito do Programa de Enfrentamento à Fila da **Previdência Social (PEFPS)**, lançado na semana passada por meio de medida provisória (MP).

Com o objetivo de acelerar a redução da fila de 1,8 milhão de pedidos à espera de análise, o **INSS** aumentou de seis para quinze o número máximo de processos extras por dia por funcionário. O mutirão tem prazo previsto de nove meses, prorrogáveis por mais três, e prevê o pagamento de bônus por processo concluído, o que pode quase dobrar o salário do servidor - com um adicional máximo de R\$ 10 mil por mês.

Funcionários estão recebendo bônus para acelerar as análises "Os processos estão sendo priorizados de acordo com o tempo de espera. Só estão sendo analisados os processos acima de 45 dias e os mais antigos têm prioridade", afirmou o presidente do **INSS**, Alessandro Stefanutto. Segundo ele, o trabalho no contraturno teve início na última sexta-feira, com adesão acima do previsto e jornada no fim de semana.

Stefanutto projeta que, nesse ritmo, seja possível zerar a espera acima de 45 dias (prazo regular) antes do fim do ano - atual promessa do ministro da Previdência, Carlos Lupi. "Tenho a convicção de que vamos entregar antes (de dezembro); mas, para isso, tem que trabalhar", disse.

Atualmente, há 1,79 milhão de solicitações de benefícios e perícia médica à espera de análise do **INSS**. Segundo o Portal da Transparência Previdenciária, 64% dos pedidos estão na fila há mais de 45 dias - dos quais, 24% aguardam de 45 a 90 dias; 27% de três a seis meses; 11% de seis meses a um ano; e 2% esperam há mais de um ano.

Servidor de carreira do **INSS**, Stefanutto tomou posse à frente do órgão há apenas duas semanas, no lugar de Glauco Fonseca Wamburg, que foi demitido por suspeita de promover uma "farra" de passagens aéreas com dinheiro público. A troca também ocorreu em meio a críticas do presidente Lula às longas filas de espera por benefícios.

"A minha presidência é para humanizar a fila.

Humanizar a fila é saber que não tem um CPF ali; tem uma pessoa que, se ficar mais de um mês sem receber, ela vai ter dificuldade", diz Stefanutto. "Desde a elaboração do plano de governo, com o qual eu colaborei, havia um desconforto muito grande (por parte do presidente Lula) com essas pessoas na fila."

MEDIDAS ESTRUTURANTES O presidente do Instituto classifica a situação atual como "vergonhosa" e diz que são necessárias, além das ações emergenciais, medidas estruturantes para evitar o acúmulo de pedidos em análise. Uma delas é o aumento da automação. Hoje, segundo ele, mais de 30% dos benefícios - principalmente os de pouca complexidade - são analisados de forma automática, sem depender de um servidor. A ideia é melhorar o algoritmo e elevar essa fatia. Com isso, os funcionários poderiam ser deslocados para avaliações de processos mais complicados.

Além disso, há a previsão de contratação de novos **servidores públicos** - o que ainda depende de aval do Palácio do Planalto. A ideia é aproveitar um concurso realizado no ano passado, com três mil aprovados. Desses, cerca de mil já foram incorporados ao **INSS** e o restante está listado no cadastro de reserva. "Estamos fazendo todos os esforços para que eles (os dois mil que estão no cadastro de reserva) sejam aproveitados", diz Stefanutto. Caso isso se concretize, o número de servidores que realizam os julgamentos dos processos passaria de cerca de 8,5 mil para 11,5 mil.

Site:

<https://correiodigital.rac.com.br/jornal2.php?id=2023-07-27>

Veja quem pode ter a pensão por morte sem desconto do INSS (Previdência)

Cristiane Gercina

A reforma da Previdência alterou o cálculo da pensão por morte do **INSS** (Instituto Nacional do Seguro Social), reduzindo o benefício pela metade. No entanto, em alguns casos, os dependentes do segurado que morreu têm direito de receber 100% da pensão, sem nenhum desconto.

Segundo a emenda constitucional 103, a pensão é de 50% do benefício pago ao segurado que morreu, caso estivesse aposentado, ou da renda que teria ao se aposentar por invalidez, mais 10% por dependente, limitado a 100%.

Uma viúva sem filhos, por exemplo, ganha 60%. Se o cálculo resultar em valor menor do que o salário mínimo, será pago o mínimo.

O corte de 40% no benefício foi considerado constitucional pelo STF (Supremo Tribunal Federal) em julgamento ocorrido em junho.

Segundo a lei, quando o dependente do segurado que morreu é considerado inválido ou tem alguma deficiência física, mental ou intelectual, o valor da pensão deve ser de 100%, sem nenhum desconto. Além disso, para mortes ocorridas antes da reforma, mesmo que o pedido da pensão seja feito atualmente, vale a regra anterior, sem desconto por cota.

Um outro caso em que o **INSS** deve pagar 100% sobre a média salarial ou a aposentadoria do segurado que morreu é quando o número de dependentes garanta pagamento integral. Em uma família onde há uma viúva com quatro filhos menores, por exemplo, a pensão não tem desconto.

O problema, segundo advogados previdenciários, são as falhas do **INSS**, que, por erro, pode pagar valor menor. O advogado Roberto de Carvalho Santos, presidente do Ieprev (Instituto de Estudos Previdenciários), afirma que, em caso de deficiência, o segurado deve prová-la. Se não houver provas, o **INSS** concede o benefício com desconto de 40%.

Para isso, é preciso solicitar uma perícia médica no **INSS**. "Você tem que pedir uma perícia. Ao fazer o requerimento da pensão por morte, o segurado deve fazer uma petição dizendo que o **INSS** não pode

aplicar a regra de redução e solicitando a marcação de uma perícia."

João Badari, do Aith, Badari e Luchin, diz que o dependente que pede a pensão por morte deve ficar atento à data da morte. "Mesmo que peça hoje a pensão por morte, se o fato gerador for antes da reforma da Previdência, há direito à integralidade." Sobre a deficiência, ele diz que não há limitações específicas. É preciso provar a deficiência.

Quando há erro do **INSS**, Badari orienta o segurado a definir qual estratégia vai seguir: não aceitar a pensão e recorrer no instituto, para receber o valor integral, ou receber o benefício e, depois, pedir uma revisão. Há ainda a possibilidade de ir à Justiça contra o erro do **INSS**.

O benefício é pago aos dependentes do segurado que morreu. É considerado dependente pelo **INSS** viúva ou viúvo; filhos e enteados menores de 21 anos ou inválidos, desde que não tenham se emancipado; pais, desde que comprovada a dependência econômica; e irmãos não emancipados, menores de 21 anos ou inválidos.

Segurados que viviam em união estável precisam comprovar a união mínima de dois anos, com documentos que provem a vida em comum. O principal deles é a certidão de união estável. Casamentos com menos de dois anos dão direito à pensão por período limitado de quatro meses. É preciso ainda comprovar a carência de 18 meses de contribuições do segurado que morreu.

A pensão por morte é calculada sobre o benefício do segurado que morreu, caso estivesse aposentado, ou sobre a aposentadoria por incapacidade permanente a que teria direito. Neste caso, os dependentes receberão um benefício que terá a aplicação de dois redutores.

O motivo é que a reforma da Previdência também alterou o cálculo da média salarial e do percentual a ser aplicado sobre ela. A média salarial é calculada sobre 100% dos salários do segurado que morreu - antes, a conta era sobre os 80% maiores. Sobre esse valor, aplica-se um redutor de 60% sobre a média, mais 2% sobre cada ano extra de contribuição que passar do mínimo.

A advogada Adriane Bramante, presidente do IBDP (Instituto Brasileiro de Direito Previdenciário), afirma que o STF deve decidir sobre o cálculo da aposentadoria por invalidez e, se a corte considerá-lo inconstitucional, o segurado viúvo poderá receber valor um pouco maior. "A gente está esperando a decisão da inconstitucionalidade da aposentadoria por invalidez. Se mudarem, melhor uma pouco", diz.

Desde 2015, a pensão por morte tem prazo de duração. O tempo em que o beneficiário vai recebê-la varia conforme sua idade. Se a pessoa tiver a partir de 45 anos, o benefício é vitalício. A pensão também é paga por toda vida no caso de dependente deficiente.

É possível acumular a pensão por morte com uma aposentadoria por invalidez. Nesta situação, o beneficiário vai ter que escolher um benefício para receber integralmente, já que terá direito de receber 100% da pensão por morte. O outro benefício será reduzido de acordo com redutor aplicado sobre faixas do salário mínimo.

Site:

<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2023/07/veja-quem-pode-ter-a-pensao-por-morte-sem-desconto-do-inss.shtml>

Caixa paga novo Bolsa Família a beneficiários com NIS de final 8

Publicado em 27/07/2023 - 06:12 Por
Wellton Máximo - Repórter da Agência Brasil - Brasília

A Caixa Econômica Federal paga nesta quinta-feira (27) a parcela de julho do novo Bolsa Família aos beneficiários com Número de Inscrição Social (NIS) de final 8. Essa é a segunda parcela com o novo adicional de R\$ 50 a famílias com gestantes e filhos de 7 a 18 anos.

Desde março, o Bolsa Família paga outro adicional, de R\$ 150 a famílias com crianças de até 6 anos. Dessa forma, o valor total do benefício poderá chegar a R\$ 900 para quem cumpre os requisitos para receber os dois adicionais.

O valor mínimo corresponde a R\$ 600, mas com o novo adicional o valor médio do benefício sobe para R\$ 684,17. Segundo o Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, o programa de transferência de renda do governo federal alcançará 20,9 milhões de famílias em julho, com gasto de R\$ 14 bilhões.

Neste mês, passa a valer a integração dos dados do Bolsa Família com o Cadastro Nacional de Informações Sociais (CNIS). Com base no cruzamento de informações, 341 mil famílias foram canceladas do programa por terem renda acima das regras estabelecidas pelo Bolsa Família. O CNIS conta com mais de 80 bilhões de registros administrativos referentes a renda, vínculos de emprego formal e benefícios previdenciários e assistenciais pagos pelo **INSS**.

Em compensação, outras 300 mil famílias foram incluídas no programa em julho. A inclusão foi possível por causa da política de busca ativa, baseada na reestruturação do Sistema Único de Assistência Social (Suas) e que se concentra nas pessoas mais vulneráveis que têm direito ao complemento de renda, mas não recebem o benefício. Desde março, mais de 1,3 milhão de famílias passaram a fazer parte do Bolsa Família.

Quase 2,2 milhões de famílias estão na regra de proteção em julho. Em vigor desde o mês passado, essa regra permite que famílias cujos membros consigam emprego e melhorem a renda recebam 50% do benefício a que teriam direito por até dois anos, desde que cada integrante receba o equivalente a até

meio salário mínimo.

Para essas famílias, o benefício médio ficou em R\$ 378,91. Segundo o Ministério do Desenvolvimento Social, do total de famílias na regra de proteção, 1,46 milhão foram incluídas neste mês por causa da integração de dados do Bolsa Família com o CNIS.

Desde o início do ano, o programa social voltou a chamar-se Bolsa Família. O valor mínimo de R\$ 600 foi garantido após a aprovação da Emenda Constitucional da Transição, que permitiu o gasto de até R\$ 145 bilhões fora do teto de gastos neste ano, dos quais R\$ 70 bilhões estão destinados a custear o benefício.

O pagamento do adicional de R\$ 150 começou em março, após o governo fazer um pente-fino no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (CadÚnico), para eliminar fraudes. Segundo o balanço mais recente, divulgado em abril, cerca de 3 milhões de indivíduos com inconsistências no cadastro tiveram o benefício cortado.

No modelo tradicional do Bolsa Família, o pagamento ocorre nos últimos dez dias úteis de cada mês. O beneficiário poderá consultar informações sobre as datas de pagamento, o valor do benefício e a composição das parcelas no aplicativo Caixa Tem, usado para acompanhar as contas poupança digitais do banco.

Neste mês não haverá o pagamento do Auxílio Gás, que beneficia famílias cadastradas no CadÚnico. Como o benefício só é pago a cada dois meses, o pagamento voltará em agosto.

Só pode receber o Auxílio Gás quem está incluído no CadÚnico e tenha pelo menos um membro da família que receba o Benefício de Prestação Continuada (BPC). A lei que criou o programa definiu que a mulher responsável pela família terá preferência, assim como mulheres vítimas de violência doméstica.

Site:

<https://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2023-07/caixa-paga-novo-bolsa-familia-beneficiarios-com-nis-de-final-8>

Caixa começa a pagar lucro de R\$ 12,719 bi em 2022

A Caixa Econômica Federal começa a pagar nesta quinta-feira (27) o lucro do FGTS (Fundo de Garantia do Tempo de Serviço) aos trabalhadores com conta vinculada ao fundo. A distribuição de R\$ 12,719 bilhões dos resultados de 2022 terminará no dia 31 de julho, um mês antes do prazo previsto em lei.

Mas o dinheiro não pode ser sacado de imediato: para retirar, o trabalhador precisa se enquadrar em uma das situações previstas na lei do FGTS, como demissão sem justa causa, compra da casa própria e aposentadoria.

Têm direito aos valores os trabalhadores com contas ativas e inativas no FGTS em 31 de dezembro do ano passado. A distribuição é realizada pela Caixa na conta de cada trabalhador. O dinheiro é creditado e, no extrato do FGTS, aparece a informação "AC CRED DIST RESULTADO ANO BASE 12/2023.

Cerca de 132 milhões de trabalhadores que possuíam conta do FGTS com saldo em 31 de dezembro de 2022 receberão o crédito, proporcional ao saldo existente naquela data. No ano passado, o Fundo de Garantia teve lucro de R\$ 12,8 bilhões. Serão distribuídos 99% desse resultado, conforme aprovado pelo Conselho Curador do FGTS.

Para calcular quanto irá receber, é preciso multiplicar o saldo em 31/12/2022 pelo índice de 0,02461511. Com a distribuição, a rentabilidade do FGTS em 2022 fica em 7,09%, acima da **inflação** 5,79%, mas abaixo do rendimento da poupança, que foi de 7.89%. (FP)

Site: <https://opopular.com.br/digital/27-julho-2023/1o-caderno>

Agência de risco eleva nota de crédito do Brasil

Lucas Bombona e Stéfanie Rigamonti

A agência de classificação de risco Fitch elevou a nota de crédito soberano do Brasil a BB, contra BB- antes, com perspectiva estável. Segundo a Fitch, a decisão reflete um desempenho macroeconômico e fiscal melhor que o esperado e a agenda de reformas, com o avanço da reforma tributária e do arcabouço fiscal no Congresso, no governo de Luiz Inácio Lula da Silva, e a reforma da Previdência e a independência do Banco Central (BC), nos anos anteriores. "O Brasil alcançou progresso em importantes reformas para enfrentar os desafios econômicos e fiscais", diz a agência, em relatório.

Ela destaca ainda que, embora o governo Lula defenda uma mudança na agenda econômica liberal de governos anteriores, existe a avaliação de que o presidente adotará uma abordagem pragmática em vez de intervencionista, com agenda que inclui iniciativas para impulsionar o investimento privado. A agência assinala que vê como improváveis grandes reversões de reformas dos últimos anos, como a trabalhista e a privatização da Eletrobras, até por causa dos freios impostos pelo Congresso.

A Fitch afirma que a Petrobras e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) estão adotando mudanças moderadas em suas estratégias corporativas, que provavelmente não reacenderão as distorções que prejudicaram o desempenho econômico no passado. A Fitch diz também que o presidente Lula "tem conseguido garantir a governabilidade e avançar em sua agenda política". "As tensões políticas persistem, mas não culminaram em resultados econômicos ou políticos adversos e refletem o funcionamento eficaz dos freios e contrapesos".

Ex-presidente do Goldman Sachs no Brasil e atualmente sócio sênior da Seneca Evercore, Daniel Wainstein analisa que a mudança de nota mostra que o governo Lula está conseguindo "aproveitar a "lua de mel" que governos possuem em início de mandato com o Congresso para conseguir aprovar medidas importantes". A Fitch tinha rebaixado a nota de crédito do Brasil para BB- em 2018, no governo Temer, quando o país passava por déficit fiscal, crise nas contas públicas e fracasso em aprovar a reforma da Previdência.

Na decisão de ontem, a agência citou medidas como o avanço do novo arcabouço fiscal e da Reforma Tributária no Congresso como um desdobramento positivo para a nota de crédito do Brasil. A Reforma Tributária, avalia a agência, aborda um dos maiores gargalos do Brasil relativo à competitividade da economia. "(A Reforma Tributária) visa simplificar o sistema altamente complexo e eliminar as distorções que alimentam a má alocação de capital."

REPERCUSSÃO O Ibovespa, principal índice da Bolsa de Valores brasileira (B3), fechou em alta de 0,45%, aos 122.560,38 pontos, maior patamar desde 9 de agosto de 2021, quando atingiu 123.019,38 pontos. O dólar comercial encerrou a sessão de ontem em queda de 0,459%, cotado a R\$ 4,728. É o menor valor desde 20 de abril de 2022, quando a moeda foi comercializada a R\$ 4,620.

O Ministério da Fazenda disse que a decisão da agência corrobora os esforços empreendidos pelo governo para fortalecer o ambiente econômico e promover a consolidação fiscal. A pasta reiterou o compromisso com a agenda de reformas em curso para levar ainda à redução das taxas de juros e à melhoria das condições de crédito e assegurar a estabilidade dos preços. A decisão da Fitch vem na esteira de um "esforço grande do governo, capitaneado pelo Ministério da Fazenda, de ampliar as receitas e reduzir o déficit fiscal", diz Luiz Fernando Figueiredo, presidente do conselho de administração da gestora Jive Investments e ex-diretor do BC.

"É todo um ambiente que está melhorando por conta de várias coisas", diz Figueiredo, que cita, além da Reforma Tributária e do arcabouço fiscal, as projeções mais otimistas dos investidores para o desempenho da atividade econômica e da inflação. O receio que havia entre os agentes financeiros de uma reversão da política de reformas dos governos anteriores diminuiu ao longo do primeiro semestre, acrescenta o executivo.

A elevação do rating do Brasil pela Fitch vem pouco mais de um mês depois que outra agência de classificação de risco, a S P, mudou a perspectiva para a nota de crédito do Brasil, atualmente BB-, de estável para positiva, também citando sinais de maior certeza sobre a estabilidade da política fiscal. Já a

Moody s" tem nota Ba2 com perspectiva estável para o Brasil. Todas as notas, no entanto, seguem abaixo do chamado grau de investimento, que indica baixo risco de calote.

Para o economista-chefe do Banco Master, Paulo Gala, essas melhoras nas notas de crédito do Brasil já eram de certa forma esperadas. "Isso já estava no radar. Os preços de mercado já mostravam isso, com a Bolsa na máxima do ano, a 122 mil pontos, o dólar na mínima do ano, a R\$ 4,74, e as taxas de juros futuros longos também na mínima", diz. Segundo Gala, as agências de classificação de risco costumam ficar "atrás da curva", apenas sancionando o que já está explícito nos preços de mercado, ou seja, a forma como os investidores estão enxergando a política econômica e a organização das contas públicas dos países.

Além do ambiente doméstico, Gala chama atenção para a influência do mercado externo no Brasil. "O cenário internacional deu uma bela aliviada, com as bolsas americanas na máxima, o dólar perdendo valor lá fora também. Então, é um contexto bem mais propício para os países emergentes" explica. Com a elevação de ontem pela Fitch, o Brasil está a dois degraus para alcançar novamente o selo de grau de investimento, que perdeu em 2015.

CRESCIMENTO A agência também elevou a perspectiva para o crescimento econômico do Brasil neste ano para 2,3%, forte melhora ante a expansão de 0,7% prevista antes. A avaliação é de que o consumo esfriou com a política monetária apertada, mas continua sustentado por um mercado de trabalho forte, gastos fiscais e crescimento contínuo do crédito. Para 2024, espera uma desaceleração para 1,3%, com uma normalização da produção agrícola. Segundo o economista André Perfeito, a melhora da nota pela Fitch, a desaceleração da **inflação** e os avanços da **reforma tributária** e do arcabouço fiscal abrem espaço para que o Banco Central inicie o ciclo de redução dos juros, com uma queda de 0,50 ponto percentual no próximo dia 2 de agosto.

Haddad e Lira trocam afagos

Ao comentar a elevação da nota de crédito de longo prazo em moeda estrangeira do Brasil, o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, afirmou ontem que a harmonia entre os Poderes é a saída para que o Brasil volte a obter grau de investimento. "A Fitch é a primeira das grandes agências que muda a nota do Brasil. Eu sempre disse e continuo acreditando que a harmonia entre os Poderes é a saída para que nós voltemos a obter grau de investimento", disse Haddad.

"Um país do tamanho do Brasil não tem sentido não

ter grau de investimento", disse Haddad. O titular da Fazenda afirmou que, em seis meses de trabalho, o governo do presidente Lula (PT) está conseguindo sinalizar para o mundo que o Brasil é o país das oportunidades.

O presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PP-AL), reagiu, ontem, à elevação da nota de crédito do Brasil de BB- para BB, pela agência de classificação de risco Fitch. Para o parlamentar, esta é uma "importante conquista para a economia do país". "A nova avaliação da agência se deve à política econômica do governo, que tem recebido todo o apoio institucional da Câmara dos Deputados", escreveu ele no Twitter. Segundo Lira, a aprovação da **reforma tributária**, do arcabouço fiscal e do projeto de lei que retoma o voto de qualidade a favor do fisco em causas julgadas pelo **Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf)** teriam contribuído para a mudança na nota. "A Câmara não falta à sua responsabilidade com o Brasil e apoia todas as medidas do interesse do país."

Site:

<https://digital.em.com.br/estadodeminas/27/07/2023/p1>

Fitch melhora nota de crédito do Brasil

Rafaela Gonçalves

A agência de classificação de risco Fitch Ratings elevou a nota de crédito do Brasil de BB- para BB, com perspectiva estável. Em **comunicado**, a agência atribuiu a melhora da avaliação do país ao "desempenho macroeconômico e fiscal acima do esperado, em meio a choques sucessivos nos últimos anos, políticas proativas e reformas que apoiaram esse quadro", como os avanços da **reforma tributária** e do novo arcabouço fiscal e a autonomia do Banco Central.

O país havia sido rebaixado para o patamar BB- em 2018, em meio à crise nas contas públicas e pela não aprovação, na época, da reforma da Previdência no governo de Michel **Temer**. Entre os pontos para suportar a nota de crédito do Brasil, a agência destacou, ainda, que o país tem uma economia grande e diversificada e demonstra capacidade de absorção de choques, sustentada por uma taxa de câmbio flexível e reservas internacionais robustas (US\$ 346 bilhões). É a segunda vez, neste ano, que agências de risco melhoram a avaliação sobre o Brasil. Em 14 de junho, a Standard Poor's passou de estável para positiva a perspectiva para a nota de crédito do Brasil, sem, entretanto, alterar a avaliação, como a Fitch fez agora.

No **comunicado** divulgado ontem, a Fitch também apontou que os desafios políticos enfrentados no país não impediram importantes avanços em reformas essenciais para elevar o crescimento e aperfeiçoar as finanças públicas. "Desde que assumiu o cargo, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva conseguiu garantir a governabilidade e avançar em sua agenda política, apesar de um Congresso conservador e da polarização persistente que se manifestou em protestos violentos, no início de seu mandato", observa o **comunicado**.

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, comemorou a elevação da nota de crédito.

"Tem muito trabalho pela frente, mas estou muito confiante e reputo esses resultados à harmonia entre os Poderes da República.

Sempre salientei que a chamada crise econômica que o Brasil vive é o desdobramento de uma crise de natureza política", declarou.

A Fitch projeta crescimento do Produto Interno Bruto

(**PIB**) em 2,3% em 2023 e aponta que os esforços para melhorar o balanço fiscal devem conduzir o resultado primário das contas públicas para os intervalos preconizados pelo arcabouço fiscal, de 0% em 2024 e 0,5% do **PIB** em 2025. Dessa forma, a relação dívida/**PIB** aumentaria em 2023 para 75%, subindo marginalmente nos anos seguintes até alcançar a estabilidade.

O economista Pedro Raffy Vartanian, professor da Universidade Presbiteriana Mackenzie, afirmou que a revisão da classificação do risco país é positiva, mas observou que a nova classificação ainda mantém o país na faixa de "grau especulativo" - o que aponta que o Brasil está menos vulnerável no curto prazo, mas segue enfrentando incertezas em relação a condições financeiras e econômicas adversas e que a situação das contas públicas ainda preocupa.

Bomba fiscal

Um dos problemas apontado por economistas independentes foi criado pela PEC dos Precatórios, aprovada em 2021.

A PEC limitou o pagamento das dívidas judiciais do governo a 50% do valor em cada ano. Com isso, os saldos remanescentes vêm sendo rolados ano após ano, gerando uma "bomba fiscal" que está armada para explodir em 2026, segundo cálculos dos técnicos.

As estimativas sobre o montante real do rombo variam de R\$ 200 bilhões, pelas contas mais recentes do Tesouro Nacional, mas as mais pessimistas estimam que ele pode superar R\$ 700 bilhões e chegar perto de R\$ 1 trilhão se as tentativas de encontro de contas dos maiores devedores e abatimentos de 40% para o pagamento antecipado continuarem frustradas.

Murilo Viana, especialista em contas públicas e consultor da GO Associados, afirma que "o arcabouço fiscal possui uma infinidade de exceções que podem atrapalhar, principalmente, a promessa de Haddad de entregar superavit primário em 2024. As projeções do mercado indicam um rombo fiscal ainda elevado, em torno de 1% do **PIB**. Enquanto isso, a fatura de precatórios encerrou 2022 em 1,4% do **PIB**, pelos cálculos do Tesouro", destacou. (Colaborou Rosana Hessel)

Site:

<https://edicao.correio braziliense.com.br/correio braziliense/2023/07/27/all.pdf>

Royalties para locais sem petróleo ferem direitos, dizem especialistas

VINÍCIUS VALFRÉ JULIA AFFONSO DANIEL WETERMAN

As decisões judiciais que garantiram pagamentos milionários de royalties de petróleo a prefeituras que não extraem o óleo tiram dinheiro de cidades que, pela lei, têm direito a receber os recursos como compensação pela exploração de recursos finitos. Como revelou o Estadão, três desembargadores do Tribunal Regional Federal da 1.^a Região (TRF-1) deram sentenças com base em pedidos genéricos e com dados falsos.

As decisões favoráveis na Corte já renderam um total R\$ 125 milhões a prefeituras de Amazonas, Pará e Alagoas.

Na avaliação de especialistas em petróleo e em administração pública, os recursos devem ser distribuídos com base em critérios técnicos estabelecidos e as receitas extraordinárias devem ser destinadas não para medidas circunstanciais, mas para projetos de longo prazo.

As verbas, porém, acabam sendo usadas para contratar servidores sem concurso público e pagar honorários milionários a advogados contratados sem licitação.

O ex-diretor-geral da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) David Zylbersztajn afirmou que questionamentos aos critérios de partilha e distribuição e ajustes são legítimos, mas alegações que fogem totalmente do que está expresso em leis e decretos desestabilizam o sistema.

"Se alguém vai à Justiça, parece que ele vai ganhar e todo mundo continua ganhando.

Não é. Isso desestabiliza o sistema como um todo porque o dinheiro não aumenta. Se tira de um lugar, vai faltar para alguém que obedeça aos critérios.

Pode-se até discutir critérios, fazer correções. Mas, quando se foge totalmente deles, a coisa fica complicada", disse Zylbersztajn.

COMPENSAÇÃO.

Os royalties são pagos a título de compensação

financeira, pelas empresas concessionárias da exploração de petróleo. Na teoria, os recursos destinados a Estados e municípios devem ser direcionados a ações que amenizem impactos sociais e ambientais e encaminhem planos para o período pós-petróleo.

Nas mais de 50 ações judiciais ajuizadas pelo grupo liderado pelo lobista Rubens de Oliveira identificadas pelo Estadão, os municípios não citam projetos estruturantes quando justificam interesse nos royalties e direito a repasses.

Em vez disso, falam em demandas como as causadas pela pandemia de covid-19 e questões do dia a dia, como "sequelas de enchente" no Estado.

LONGO PRAZO.

A economista Carla Beni, professora da Fundação Getúlio Vargas (FGV), destacou que os campos de produção de petróleo duram até três décadas, e as ações deveriam mirar o futuro. Mas, em geral, preocupações eleitorais e demandas de curto prazo ditam o uso dos recursos.

"Aquele município não pode viver em função de um poço que vai se esgotar. É necessário um planejamento estratégico de longo prazo", disse ela.

Coordenador do Centro de Gestão e Políticas Públicas do Insper, o professor André Marques afirmou que receitas de royalties podem ser uma "bomba-relógio" ou oportunidades, a depender do gestor. "Infelizmente, muitos municípios acabam convertendo a receita em despesa corrente. O Estado do Rio fez muito isso. Em momentos de "boom", com receita maior, dão aumento para várias categorias, por exemplo.

Esse aumento fica. Quando o recurso reduz, por qualquer motivo, fica uma despesa que não pode ser reduzida." **POLÍTICA.** Para o consultor tributário e ex-secretário da **Receita Federal** Everardo Maciel, casos como o revelado pelo Estadão são uma evidência da "falta de federalismo fiscal" no Brasil. Ele destacou que a criação e a ampliação do sistema de royalties estiveram, ao longo da história, atrelados a motivações políticas. Foi assim após a criação da Petrobras, nos anos 1950, quando Getúlio Vargas buscava apoio dos Estados, e a partir dos anos 1980, com a exploração

no mar e a necessidade de socorrer o Rio de problemas financeiros.

Na avaliação de Maciel, seria necessário discutir a partilha de rendas públicas como um todo. "Qualquer critério é arbitrário, mas isso já passou a constituir uma fonte que não pode ser dispensada para aqueles que são beneficiados", disse o ex-secretário da Receita.

A briga pela mudança de critérios de distribuição é uma pauta do presidente da Confederação Nacional dos Municípios (CNM), Paulo Ziulkoski.

A entidade é crítica da concentração de repasses para poucas cidades e reclama da paralisação de um julgamento no Supremo Tribunal Federal (STF) há dez anos.

*

"Isso desestabiliza o sistema como um todo porque o dinheiro não aumenta. Se tira de um lugar, vai faltar para alguém que obedeça aos critérios" David Zylbersztajn Ex-diretor da ANP

"Qualquer critério é arbitrário, mas isso já passou a constituir uma fonte que não pode ser dispensada para aqueles que são beneficiados. Se fizer isso, produz uma catástrofe" Everardo Maciel Ex-secretário da Receita

"Se o gestor não consegue fazer uma boa gestão do recurso, isso pode ser uma bomba-relógio" André Marques Professor do Insper

"O ponto mais importante é que eles trabalhem na diversificação da matriz e dos serviços" Carla Beni Professora da FGV

*

Justiça

R\$ 125 mi receberam cidades sem petróleo por decisão do TRF-1

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Queda de investimento direto em junho é pontual, diz BC

O ingresso mais baixo de Investimentos Diretos no País (IDP) somou US\$ 1,88 bilhão em junho, volume 65% menor que o registrado no mês anterior, segundo dados divulgados pelo Banco Central (BC) nesta quarta-feira, 26. Este é o menor valor desde dezembro de 2021.

O chefe do departamento de estatísticas da autoridade monetária, Fernando Rocha, explicou que a queda é pontual e que se deve a amortizações de empréstimos intercompanhia nos últimos dias do mês passado relacionadas ao comércio exterior de um "grupo de grandes empresas".

Em junho do ano passado, o IDP havia totalizado US\$ 5,228 bilhões.

No mês passado, ao divulgar as estatísticas do setor externo de maio, o BC publicou os dados parciais até 21 de junho. Na ocasião, o IDP somava US\$ 4,8 bilhões.

"Teve uma redução entre a parcial e os dados finais, a razão foi a concentração de amortizações intercompanhia nos últimos dias do mês, que se relacionam ao comércio exterior e que foram feitas por um conjunto de grandes empresas", disse.

Na divulgação desta quarta, os dados parciais não foram publicados em virtude da operação padrão dos servidores da autarquia, que reivindicam reestruturação de carreira e a criação de um bônus de produtividade semelhante ao regulamentado recentemente para a **Receita Federal**.

O técnico do BC ressaltou que são operações "normais" e "corriqueiras".

Para ele, não é possível afirmar que o dado represente uma tendência de queda dos investimentos diretos. "Tendo a achar que sim [é específico do mês]. Tivemos nos últimos meses valores mais significativos de IDP", ressaltou. "Mas temos que esperar os próximos para que se confirme", complementou.

Nos 12 meses encerrados em junho, houve ingresso de US\$ 80,020 bilhões na modalidade, ou 4,01% do Produto Interno Bruto (PIB). O BC projeta que o país acumule entrada de US\$ 75 bilhões para 2023 como um todo, conforme divulgado no Relatório Trimestral

de **Inflação** (RTI).

Rocha destacou que "permanece tendência de déficits baixos na conta corrente [externa]" que pode ser traduzida como uma "posição externa confortável" do país.

Por outro lado, os investimentos em carteira no mercado doméstico registraram ingresso líquido de US\$ 4,4 bilhões em junho, majoritariamente em renda fixa, com saída de US\$ 36 milhões em ações e fundos de investimento e entrada de US\$ 4,4 bilhões em títulos de dívida. Em 12 meses, os investimentos em carteira no mercado doméstico somaram ingresso líquido de US\$ 13,1 bilhões.

"Não deve ser uma tendência [o valor elevado em carteira], é uma oscilação entre ingressos e saídas. Se a gente olhar renda fixa, [os dados] são positivos no semestre em US\$ 6 bilhões, mas US\$ 4,4 bilhões aconteceram em junho, ou seja, tinha US\$ 1,6 bilhão de janeiro a maio", disse Rocha.

Em junho, os turistas brasileiros gastaram em viagens internacionais US\$ 1,417 bilhão, contra US\$ 1,196 bilhão no mesmo mês do ano passado do ano passado.

Já os estrangeiros que estiveram no país deixaram US\$ 508 milhões, contra US\$ 388 milhões em junho de 2022. Assim, houve déficit na conta de viagens de US\$ 909 milhões no mês passado, ante US\$ 808 milhões um ano antes.

"Foi o maior [gasto de brasileiros no exterior] desde o início da pandemia, mas ainda está aquém do período pré-pandemia", frisou o técnico do BC. Segundo ele, as despesas de estrangeiros no Brasil registraram o maior valor para o mês desde 2014, quando o país foi sede da Copa do Mundo.

Site:

<https://valor.globo.com/virador/#/edition/187613?page=1§ion=1>

Em meio a recesso, Lula envia propostas à Câmara e amplia pauta do governo no Legislativo

Por Luiz Felipe Barbiéri e Alexandro Martello, g1

O governo enviou à Câmara nas últimas semanas projetos que pretendem ampliar a agenda prioritária do Palácio do Planalto dentro do Congresso Nacional.

O novo marco fiscal e a **reforma tributária**, consideradas balas de bronze e de prata pela equipe econômica para equilibrar as contas públicas, já passaram por votação na Câmara. O arcabouço fiscal também foi aprovado no Senado e voltará para nova análise dos deputados.

Já a **reforma tributária** e o projeto que altera as regras em casos de empate de julgamentos no **Carf** - também aprovado pelos deputados - passará por análise dos senadores.

A estes textos, se juntarão novas propostas protocoladas pelo Poder Executivo durante o recesso parlamentar e que pretendem:

estabelecer causas de aumento de pena aplicáveis aos crimes contra o Estado Democrático de Direito; permitir a apreensão de bens, o bloqueio de contas bancárias e ativos financeiros de suspeitos de financiar atos antidemocráticos, em qualquer fase do processo, e até antes da apresentação de denúncia ou queixa; estabelecer estratégias de prevenção e enfrentamento de violência nas escolas; regulamentar mercado de apostas esportivas.

Ao todo, o Palácio do Planalto já enviou ao Congresso 67 projetos desde o início do ano, entre medidas provisórias, projetos de lei, projetos de lei complementar e projetos de lei do Congresso Nacional.

Pacote aos estados

Nesta quarta (26), o governo informou que também vai enviar ao Congresso um texto para mudar a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) e o regime de recuperação fiscal, e impulsionar crédito aos estados.

Segundo o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, as matérias pretendem estimular os investimentos no

país.

As propostas anunciadas pelo governo incluem:

endurecimento da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), no que se refere ao controle de gastos dos estados e municípios; medidas para estimular Parcerias Público-Privadas (PPPs) e concessões.

Além disso, o Tesouro Nacional também quer ampliar o acesso de municípios menores a operações de crédito com aval da União (o que facilita as operações e pode resultar em juros mais baixos). Em contrapartida, buscará incentivar a melhoria das contas públicas.

Ainda está sendo proposta alteração na lei para permitir que bancos públicos possam garantir as prestações integrais dos entes federativos nas Parcerias Públicas Privadas (PPPs). Hoje, a regra autoriza os bancos a garantirem apenas a parte relativa à amortização do investimento.

Site: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2023/07/27/em-meio-a-recesso-lula-envia-propostas-a-camara-e-amplia-pauta-do-governo-no-legislativo.ghtml>

Reforma ministerial é decisiva para agenda do governo no Congresso no 2º semestre, dizem especialistas

Brasília

*/
Ana Isabel Mansur, do R7, em Brasília*

A negociação de uma eventual **reforma ministerial** deve ser decisiva para o destino da agenda do governo no Congresso Nacional no segundo semestre, avaliam cientistas políticos ouvidos pelo R7. A partir de agosto, quando retornarem do recesso parlamentar, deputados e senadores voltarão a analisar as novas regras fiscais do país, a **reforma tributária** e o voto de qualidade do Conselho de Administração de Recursos Fiscais (**Carf**), temas essenciais para o governo de Luiz Inácio Lula da Silva (PT).

A âncora fiscal, aprovada pelos senadores em junho, terá de voltar para a Câmara dos Deputados, devido às mudanças incluídas pelo Senado. A **reforma tributária**, que recebeu o sinal verde dos deputados no início de julho, ainda precisa do aval dos senadores.

Compartilhe esta notícia no WhatsApp

Compartilhe esta notícia no Telegram

A retomada do voto de qualidade do **Carf**, que permite a representantes do Executivo desempatarem votações em julgamentos de processos tributários na **Receita Federal**, pode ampliar a arrecadação federal. A medida foi aprovada pela Câmara no início do mês e ainda carece de análise do Senado.

Os três projetos, tidos pelos ministros Fernando Haddad (Fazenda) e Simone Tebet (Planejamento e Orçamento) como as "balas de prata" do governo Lula, dependem de negociações com o Planalto para serem concluídos no Congresso.

Como o R7 mostrou, o presidente deve promover algumas mudanças na Esplanada dos Ministérios, depois de o centrão cobrar a fatura pela aprovação da **reforma tributária** na Câmara com folga - no segundo

turno, foram 375 votos a favor, 113 contrários e três abstenções. Já no primeiro turno, foram 382 votos favoráveis e 118 votos contra. Eram necessários 308 votos para a aprovação da proposta.

"Quando vai mexer numa questão dessas, é muita gente envolvida, o guarda-chuva é muito grande. Alguém vai ter de ceder e perder. É o dilema da chamada frente ampla: é muito grande, não cabe todo mundo nesse barco. Vai ter de jogar gente no mar", analisa o cientista político André César.

O especialista aposta na troca de aliados de primeira hora do governo federal. "É possível que PSD, PCdoB e até o PT percam espaço em ministérios, para trazer gente do centrão, que não sabemos o quanto é capaz de entregar em votos, se consegue dar tudo o que pretende. [O governo] pode estar queimando aliados em busca de uma resposta que não é garantida", completa.

Para César, o voto de qualidade do **Carf** deve passar com tranquilidade pelo Senado, porque a questão já está pacificada. A tramitação das regras fiscais e da **reforma tributária**, no entanto, tendem a gerar ruídos.

"Na Câmara, o arcabouço [fiscal] fechou o primeiro semestre dependendo de entendimentos e acordos, com o relator [deputado Claudio Cajado (PP-BA)] falando que ainda estão trabalhando as mudanças do Senado", avalia o cientista político, para quem a **reforma tributária** é o tema que pode causar os maiores embates a partir da próxima semana.

Já passou aquela coisa da felicidade [da aprovação], de ter passado a madrugada votando, com uma ressaca boa. Agora, começam a aparecer os buracos - muitos setores foram contemplados e muitos não foram, e estão vendo as forças assimétricas. Assim, vão se abrindo exceções. A questão dos estados, com o dispositivo que permite criarem **impostos** para financiar projetos de infraestrutura, é um jabuti muito esquisito. Me parece que, no Senado, [a aprovação] não vai ser tão rápida quanto na Câmara. O setor de serviços e a construção civil, por exemplo, apareceram. Quem não foi contemplado no texto da Câmara vai, agora, para cima - e tem muita gente. No

piores cenários, no mais extremo, isso pode inviabilizar o texto.

André César, cientista político

Para o cientista político Leonardo Barreto, como a promessa da **reforma ministerial** já foi assumida em público, não há como as mudanças não serem feitas. "A não ser que Lula queira correr o risco de quebrar um pacto com os partidos. É claro que a composição dos ministérios vai influenciar bastante as condições que o governo vai ter para resolver as medidas econômicas no Congresso Nacional", analisa. Ele explica que a conta para equilibrar os desejos dos aliados do presidente envolve perdas de espaço.

A Câmara quer mais espaço na Esplanada, hoje com uma influência muito grande do Senado. No início do ano, o Senado ganhou mais espaço do que a Câmara [nos ministérios] porque, no Senado, havia uma sinalização de composição maior. Agora, o governo está pressionado a acomodar os aliados da Câmara e esse espaço pode ser retirado de outros partidos, inclusive do próprio PT, mas também pode ser retirado do Senado, que está com algumas das principais pautas atuais. A Câmara entregou o que o governo queria antes de receber. Agora, a Câmara precisa receber e o presidente precisa fazer isso sem desagradar o Senado.

Leonardo Barreto, cientista político

Mesmo com as complicações que envolvem o reequilíbrio de forças, Barreto acredita que as tramitações dos temas não devem ficar paradas. Isso porque o próprio Legislativo tem interesses em aprovar as matérias. "O ritmo vai depender desse processo de composições políticas. O presidente Lula tem o desafio de gerar a menor quantidade de inimizades possível. Dar o cargo não garante apoio, porque tira quem estava anteriormente, gerando um 'inimigo', e a pessoa que assume tende a ter uma posição de ingratidão", avalia.

Site: <http://noticias.r7.com/brasil/reforma-ministerial-e-decisiva-para-agenda-do-governo-no-congresso-no-2- semestre-dizem-especialistas-26072023>

Taxação de super-ricos será enviada em agosto, diz Haddad

O ministro Fernando Haddad (Fazenda) afirmou nesta quarta-feira (26) que a proposta de maior taxaço sobre os super-ricos será enviada ao Congresso em agosto, para que ela eleve as receitas previstas na proposta de Orçamento de 2024 (que precisa ser enviada até o fim do próximo mês).

O ministro confirmou o envio do projeto mesmo após o presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PP-AL), contestar, na segunda-feira (24), a iniciativa. Para Lira, seria arriscado o governo Luiz Inácio Lula da Silva (PT) colocar em discussão a taxaço de fundos exclusivos de investimento antes da conclusão final da **Reforma Tributária** sobre o consumo no Senado.

O governo tem pressa no envio porque precisa arranjar novas receitas de modo a perseguir a meta central de déficit zero no ano que vem. Tal objetivo exige um significativo esforço pelo lado da arrecadação, já que o novo arcabouço fiscal prevê despesas crescendo acima da **inflação** no ano que vem -sendo que as contas públicas estão no vermelho neste ano.

"Tem que ir em agosto [taxaço dos super-ricos] porque tem que acompanhar o [projeto de] Orçamento", afirmou Haddad ao site Metrópolis. "Não posso mandar o Orçamento sem essas medidas encaminhadas ao Congresso."

Haddad ainda defendeu a medida como uma forma de fazer justiça fiscal no país.

"Estamos falando de 2.400 fundos com patrimônio de R\$ 800 bilhões. Quase ninguém assistindo [à entrevista] faz parte desse grupo", afirmou.

"Estamos falando de uma legislação que é anacrônica e não faz sentido nenhum. Não queremos tomar nada de ninguém, é cobrar rendimentos desse fundo. O Brasil criou uma espécie de conta paradisíaca para essas 2.000 famílias", disse.

Haddad também criticou contribuintes que fogem do pagamento de **impostos** que já são baixos em comparação com países globais, como no caso da tributação sobre heranças. "A primeira pessoa que pede ajuste fiscal é esta: [A que diz que o governo] está gastando demais". Mas não quer pagar o

mínimo", afirma.

Em evento em São Paulo no início da semana, Lira havia afirmado que o envio da taxaço dos super-ricos poderia embolar a discussão em curso no Congresso. Para o deputado, "uma coisa é concordar com o mérito, outra coisa é concordar com o timing".

"Não pude me expressar publicamente, nem conversar mais especificamente com o ministro Haddad, mas eu acho politicamente um risco grande você abrir vários flancos de discussão. Enquanto você está discutindo a **Reforma Tributária** no Senado, se você vem com esse outro viés agora, antes da finalização, você pode embolar esse meio de campo", disse Lira.

Na entrevista desta quarta, Haddad afirmou que o Congresso terá a palavra final sobre o tema, mas ressalva que, caso as medidas que elevam as receitas não sejam aprovadas, os parlamentares terão que fazer ajustes na proposta orçamentária.

"Se amanhã, supondo que o Congresso não aprove uma dessas medidas, o relator do Orçamento vai ter que ajustar a peça orçamentária à luz do que for aprovado", disse.

Segundo Haddad, é factível zerar o déficit das contas públicas em 2024, e o Tesouro Nacional ainda trabalha com a projeção máxima de um déficit de 1% do Produto Interno Bruto neste ano.

Haddad diferenciou esse tipo de medida, dizendo que ela corrige distorções sobre jabutis e penduricalhos criados ao longo dos anos no sistema tributário, do restante das medidas -como a reforma sobre a renda e na folha de pagamento.

O cronograma com que ele trabalha é o Congresso promulgar a PEC (proposta de emenda à Constituição) que altera as regras acerca da tributação sobre o consumo até dezembro (após a aprovação pelo Senado, prevista para outubro) e regulamentar o tema no ano que vem.

"Estamos com a taça na mão para ganhar a maior **Reforma Tributária** dos últimos 60 anos. Vamos concluí-la", disse. Depois disso, será enviada a proposta de lei ordinária para a reforma da cobrança sobre a renda de capital e do trabalho.

Haddad voltou a criticar o atual patamar dos juros no país e disse que o Banco Central surpreenderá o mundo caso não corte a taxa básica (Selic) na reunião da próxima semana. Ele disse esperar que o percentual caia para no mínimo 12% ao fim do ano, o que é aguardado pelo mercado.

Questionado se a presença de seu ex-secretário-executivo Gabriel Galípolo na diretoria do BC representaria uma voz do governo no Copom que poderia ajudar na queda dos juros, Haddad reiterou que a indicação não tinha como objetivo a formação de uma bancada, mas sim melhorar a interação entre a autarquia e a pasta.

Apesar da pressão de setores do governo que defendem que o presidente do BC, Roberto Campos Neto, seja convocado para prestar contas ao Congresso Nacional ou até mesmo deixe o cargo, Haddad disse que a permanência dele no cargo até o fim do mandato é "questão de foro íntimo".

Haddad também defendeu que Lula busque a reeleição na eleição de 2026 e afirmou que, caso o atual mandatário, que completará 78 anos em outubro, não concorra, haverá um candidato que representará o projeto liderado por ele.

"O presidente Lula tem direito constitucional à reeleição. Ele não vai precisar mudar a Constituição para se reeleger. Grande parte das pessoas que eu conheço defendem que Lula seja candidato em 2026... Claro que eu defendo", disse Haddad.

Com Reuters

Site:

https://acervo.folha.uol.com.br/digital/leitor.do?numero=50350&anchor=6480803&maxTouch=0&_ga=2.128235083.653560810.1690341420-1980247189.1672582619&_mather=757bf67604fe4aa8&pd=9596d667063efd76b1ff92b3b1636539

O desafio de taxar os super-ricos (Editorial)

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, decidiu apresentar um novo projeto de lei para tributar fundos de investimento exclusivos. A proposta será enviada ao Congresso em agosto, junto com o Orçamento. Embora não haja uma previsão sobre o quanto poderá ser arrecadado com a medida, o governo a considera fundamental para cumprir a meta de zerar o déficit primário em 2024.

Os fundos de investimento exclusivos pertencem a poucos cotistas e detêm um expressivo volume de ativos, superior a R\$ 10 milhões. São instrumentos costumeiramente adotados pelos "super-ricos" para preservar o patrimônio e transmiti-lo aos herdeiros.

Ao contrário dos fundos abertos, em que há incidência de **impostos** sobre o rendimento a cada seis meses - o chamado "come-cotas" -, eles ficam livres de tributação até o momento do resgate do dinheiro, o que pode levar anos para ocorrer.

Não é a primeira vez que o governo federal tenta tributar os fundos de investimento exclusivos. A administração Michel **Temer** quis fazê-lo por uma medida provisória, que acabou por caducar; depois, por um projeto de lei, que tampouco avançou no Congresso. À época, como haveria incidência de **impostos** sobre os rendimentos acumulados desde a criação dos fundos, a previsão de arrecadação era de R\$ 10,75 bilhões, divididos entre União, Estados e municípios. No governo Bolsonaro, o projeto de reforma do Imposto de Renda (IR) - que incluía a taxação desses fundos - chegou a ser aprovado na Câmara, mas travou no Senado.

Ao segregar o tema dos fundos de investimento em um projeto de lei específico, a estratégia do ministro Haddad parece ser isolar os "super-ricos". Afinal, a segunda etapa da **reforma tributária** já deverá enfrentar muita resistência, sobretudo entre a classe média - que pode perder benefícios como a dedução de despesas em saúde e educação e a tributação menor para profissionais liberais que atuam como empresas.

"Você acha normal? Ele lega as cotas do fundo aos descendentes e não paga Imposto de Renda nunca", disse Haddad à Folha. "Como é que um país com tanta desigualdade isenta de IR o 1% mais rico da população?", questionou. Taxar os fundos exclusivos, de fato, vai ao encontro de uma carga tributária mais justa e progressiva, mas isso nem de longe significa que o projeto não enfrentará dificuldades.

Na dúvida, os investidores já começaram a reagir.

Segundo informações da plataforma de investimentos Trademap, os fundos exclusivos com um único cotista detêm um patrimônio de R\$ 756 bilhões, ou 12,3% do total da indústria de fundos. No ano passado, eles registraram uma captação líquida positiva de R\$ 6,15 bilhões. De janeiro a julho deste ano, porém, o resultado está negativo em R\$ 27,2 bilhões, o que sugere, segundo a Trademap, um movimento de resgates em antecipação à possibilidade de a tributação vir a ser majorada.

O tema é tão relevante quanto delicado, e cabe ao governo tratá-lo com cautela e responsabilidade para não perder uma importante fonte de arrecadação - seja pela rejeição que o tema desperta no Congresso, seja pela fuga de investimentos.

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Haddad defende taxaço dos "fundos exclusivos"

Renan Monteiro

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, defendeu ontem o projeto do governo para taxar os chamados "fundos exclusivos", que são investimentos usados por famílias de altíssima renda e que pagam **impostos** apenas na hora do resgate. A ideia é estabelecer o chamado regime de "come-cotas", com cobranças semestrais sobre os rendimentos, como acontece com os fundos tradicionais.

-Ninguém está querendo tomar nada de ninguém, estamos cobrando o rendimento deste fundo.

Como qualquer trabalhador, você paga o Imposto de Renda. Não tem sentido uma pessoa que tem R\$ 300 milhões de patrimônio rendendo estar em um paraíso fiscal só dele. O Brasil criou uma conta paradisíaca para essas duas mil famílias - afirmou Haddad, em entrevista ao portal Metrópolis.

Segundo o ministro, há 2.400 fundos desse tipo, com um patrimônio total que pode chegar a R\$ 800 bilhões. O envio ao Congresso do texto para tributar esses rendimentos deve acontecer no fim de agosto, junto com o Projeto de Lei Orçamentária Anual de 2024.

O ministro disse ainda que está nas mãos do Congresso a decisão sobre as medidas de ajuste para os próximos anos. Além da taxaço dos fundos exclusivos, o governo vai enviar outras medidas com foco no aumento da arrecadação.

Site:

https://acervo.folha.uol.com.br/digital/leitor.do?numero=50350&anchor=6480803&maxTouch=0&_ga=2.128235083.653560810.1690341420-1980247189.1672582619&_mather=757bf67604fe4aa8&pd=9596d667063efd76b1ff92b3b1636539

Haddad diz que taxaço de super-ricos será enviada em agosto

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, afirmou que a proposta de maior taxaço sobre os super-ricos será enviada ao Congresso em agosto, para que ela eleve as receitas previstas na proposta de Orçamento de 2024.

com o timing".

Site: <https://oestadoce.com.br/digital/27-07-2023-edicao24624/>

O ministro confirmou o envio da proposta mesmo após o presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PP-AL), contestar a iniciativa. Para Lira, seria arriscado o governo Lula (PT) colocar em discussão a taxaço de fundos exclusivos de investimento antes da conclusão final da **Reforma Tributária** sobre o consumo no Senado.

O governo tem pressa no envio porque precisa arranjar novas receitas de modo a perseguir a meta central de déficit zero no ano que vem. Tal objetivo exige um significativo esforço pelo lado da arrecadação, já que o novo arcabouço fiscal prevê despesas crescendo acima da **inflação** no ano que vem -sendo que as contas públicas estão no vermelho neste ano.

"Tem que ir em agosto porque tem que acompanhar o Orçamento", afirmou Haddad ao site Metrôpoles. "Não posso mandar o Orçamento sem essas medidas encaminhadas ao Congresso", disse.

Haddad ainda defendeu a medida como uma forma de se fazer justiça fiscal no país. "Estamos falando de 2.400 fundos com patrimônio de R\$ 800 bilhões", afirmou.

"Estamos falando de uma legislação que é anacrônica e não faz sentido nenhum. Não queremos tomar nada de ninguém, é cobrar rendimentos desse fundo. O Brasil criou uma espécie de conta paradisíaca para essas 2.000 famílias", disse.

Haddad também criticou contribuintes que fogem do pagamento de **impostos** que já são baixos em comparação com pares globais, como no caso da tributação sobre heranças. "A primeira pessoa que pede ajuste fiscal é essa, está gastando demais, mas não quer pagar o mínimo", afirma.

Nesta semana, Lira havia afirmado que o envio da taxaço dos super-ricos poderia embolar a discussão em curso no Congresso. Para o deputado, "uma coisa é concordar com o mérito, outra coisa é concordar

Haddad defende taxar grandes fortunas e contas paradisíacas

O Ministro da Fazenda, Fernando Haddad, manifestou, nesta quarta-feira, 26, seu apoio ao projeto do governo que visa tributar os chamados "fundos exclusivos", utilizados por famílias de alta renda e que atualmente pagam **impostos** somente quando resgatam seus investimentos.

A proposta consiste em implementar o regime conhecido como "comecotas", com cobranças semestrais sobre os rendimentos desses fundos, seguindo o mesmo padrão já adotado nos fundos tradicionais.

Haddad concedeu uma entrevista ao portal Metrôpoles, na qual abordou o assunto.

Segundo o Ministro, o objetivo não é tomar o patrimônio de ninguém, mas sim tributar os rendimentos desses fundos, de maneira análoga ao que ocorre com os trabalhadores, que pagam imposto de renda sobre seus ganhos.

Ele argumentou que não faz sentido permitir que uma pessoa com um patrimônio de R\$ 300 milhões, por exemplo, tenha seus rendimentos protegidos em um paraíso fiscal particular. Haddad criticou a existência de uma situação paradisíaca para cerca de 2 mil famílias no Brasil.

O Ministro estima a existência de aproximadamente 2.400 fundos exclusivos, com um patrimônio total de cerca de R\$ 800 bilhões. A proposta de tributar esses rendimentos será enviada ao Congresso no final de agosto, juntamente com o Projeto de Lei Orçamentária Anual de 2024 (PLOA-2024).

Arthur Lira, Presidente da Câmara dos Deputados, já se posicionou a favor de adiar a discussão sobre a taxa dos "super-ricos" para depois da promulgação da **Reforma Tributária** pelo Congresso, prevista para ocorrer em dezembro.

O Ministro da Fazenda também afirmou que cabe ao Congresso Nacional a decisão final sobre as medidas de ajuste do orçamento do governo para os próximos anos. Além da taxa dos fundos exclusivos, o governo enviará outras propostas cujo foco é o aumento da arrecadação.

A meta é diminuir o déficit orçamentário para este ano,

em cerca de 1% do **PIB**, ou algo em torno de R\$ 100 bilhões. Para 2024, a equipe econômica almeja zerar o déficit nas contas públicas.

Haddad voltou a fazer críticas à taxa básica de juros (Selic), que desde o mês de agosto de 2022, está em 13,75%, e mencionou a melhora nas expectativas de **inflação** no primeiro semestre. Ele lembrou que a **inflação** atual caiu para 3,16% nos últimos 12 meses.

Sobre as eleições de 2026, Haddad antevê um cenário de antagonismo com a extrema direita, acreditando que o grupo poderá apresentar-se de forma mais disfarçada. Ele defende a reeleição de Lula e acredita que, com o tempo, as forças que o apoiam convergirão para a escolha de seu nome.

Haddad criticou a existência de uma situação paradisíaca para cerca de 2 mil famílias no Brasil

Site: <https://jornal.meionorte.com/?goto=impresso/pdf>

Haddad fala em alíquota padrão de 25% para IVA

I FERNANDA TRISOTTO/BRASÍLIA

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, disse ontem que a alíquota do novo Imposto sobre Valor Agregado (IVA) deve ficar em torno de 25% ao fim do processo de transição da reforma tributária, em 2033. Para analistas, o grande número de setores beneficiados no texto já aprovado na Câmara com alíquotas menores pode empurrar o índice geral para além dos 25%.

Em entrevista ao portal Metrôpoles, Haddad disse que a Fazenda está fazendo uma análise item a item do texto aprovado na Câmara a pedido do relator no Senado, Eduardo Braga (MDB-AM), e lembrou que entraram alterações de última hora que não foram discutidas com o Executivo - mas que há liberdade para ajustes no Senado. Ele voltou a afirmar que "daria uma limada" na quantidade de exceções do texto.

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Ministro volta a pedir que Senado dê "limada" em texto da reforma

A poucos dias do retorno do recesso informal do Congresso, o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, voltou a defender que há espaço para os senadores darem uma "limada" no texto da **reforma tributária** sobre o consumo aprovado pela Câmara dos Deputados. Ele também reforçou que a alíquota padrão do futuro Imposto Sobre Valor Agregado (IVA) ficará "em torno de 25%", conforme vem sendo prometido pelo governo, mas ao fim do período de transição para o novo regime tributário.

As declarações foram dadas ontem (26), em entrevista ao portal Metrôpoles. "Tem [espaço para cortar exceções na **reforma tributária**]", disse o ministro, ao se referir aos produtos e serviços que pagarão apenas 40% da alíquota padrão do futuro IVA, que será dual (um para a União e outro para Estados e municípios).

Haddad disse que a Fazenda está finalizando uma análise sobre cada item da reforma e entregará ao senador Eduardo Braga (MDB-AM), relator da proposta no Senado. "Nós estamos fazendo esse estudo para agora no começo do semestre legislativo começarmos a interagir com os senadores para que eles tenham clareza sobre o que cada coisa representa." O ministro falou que "na última hora" entraram "coisas" na **reforma tributária** que não foram discutidas pelo Executivo.

Uma emenda aglutinativa foi aprovada pelos deputados após a aprovação do texto-base em primeiro turno, trazendo uma série de mudanças, como o aumento das exceções e a possibilidade de os Estados criarem contribuições sobre produtos primários e semielaborados em seus territórios.

"Eu daria uma limada [no texto]", defendeu o ministro, sem citar quais mudanças faria.

Questionado se o número de exceções pode aumentar a alíquota padrão do futuro IVA, Haddad reforçou que deve ficar em torno de 25%. "A alíquota padrão deve ficar em torno disso [25%] ao final do processo de transição", respondeu.

Durante a entrevista, o ministro comentou que espera, com base em informações vindas do Senado, que a reforma seja promulgada até dezembro. "Estamos com a taça na mão para ganhar a maior **reforma tributária** dos últimos 60 anos." Em relação à desoneração da

folha, Haddad afirmou que o tema ficará para depois de aprovada a **reforma tributária** sobre o consumo.

"Misturar estações não vai ajudar.

Não vamos inverter a ordem dos fatores. Temos que tratar isso no capítulo correto. É legislação ordinária, não exige PEC." Ainda na entrevista, Haddad defendeu a taxaço de fundos fechados.

Será uma medida antecipada para agosto, a ser enviada ao Congresso junto com o Orçamento de 2024, conforme mostrou o Valor, para ajudar a viabilizar a meta de resultado primário igual a zero. "Estamos falando de 2,4 mil fundos [fechados] que envolvem patrimônio de R\$ 800 bilhões", afirmou Haddad. "É uma legislação anacrônica, que não faz sentido nenhum. Não estamos querendo tomar nada de ninguém, é cobrar rendimento", completou.

Sobre a taxaço de offshores, o ministro afirmou que gostaria de aprovar a medida provisória que já foi enviada ao Congresso, mas que algumas melhorias poderão ser feitas no texto. "Vai ter melhorias, já colhemos 19 sugestões, para não ter litigiosidade. Foi amplamente debatida no sistema financeiro e [alterações] vão ser acolhidas pelo relator", informou. A medida também busca aumentar a arrecadação e viabilizar a meta de zerar o déficit. (JS e ET)

"Estamos com a taça na mão para ganhar a maior **reforma tributária** dos últimos 60 anos" Fernando Haddad

Site:

<https://valor.globo.com/virador/#/edition/187613?page=1§ion=1>

Reforma tributária aumentará a carga de impostos do setor de saneamento básico

Beatriz Olivon, Rafael Bitencourt e Lu Aiko Otta De Brasília

Os serviços de saneamento básico estarão submetidos ao Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), conforme o texto conhecido da **reforma tributária** aprovada pela Câmara e atualmente em análise no Senado. Hoje, o setor praticamente só paga os **tributos** federais, segundo especialistas. Com o aumento de carga, representantes do segmento estimam que pode haver repasse nos preços.

O IBS, criado pela reforma, vai fundir e substituir o Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), de competência dos Estados, e o Imposto sobre Serviços (ISS), dos municípios.

A lei que indica quais serviços pagam ISS (Lei Complementar nº 116, de 2003) não inclui os de saneamento.

Logo após a aprovação do texto pelo Congresso Nacional, o então presidente da República, Luiz Lula Inácio da Silva, vetou os dispositivos que instituíam a cobrança do tributo. Na época, alegou não ser de interesse público a taxação dos serviços de saneamento ambiental e purificação de água.

Em 2019 chegou a ser apresentado um projeto de lei complementar (nº 155) que determinava a cobrança, mas o texto nunca foi deliberado.

Agora, a versão mais recente da **reforma tributária**, a ser analisada pelo Senado, não prevê tratamento mais benéfico para o setor.

A Associação Nacional das Concessionárias Privadas de Serviços Públicos de Água e Esgoto (Abcon) está contratando uma consultoria independente para estimar o impacto. O diretor-executivo da entidade, Percy Soares Neto, acredita que o aumento da tributação, se confirmado, resultará em uma "chuva" de pedidos de reequilíbrio contratual e consequente aumento de custo dos serviços de água e esgoto.

Soares avalia que a previsão de aumento poderá ser revertida na fase de discussão do texto no Senado.

"A gente já abriu um diálogo muito bom com alguns parlamentares e com o próprio governo.

Acho que o "jogo" da **reforma tributária** ainda não acabou", afirmou ao Valor. No governo, as conversas são mantidas com a Secretaria Nacional de Saneamento, do Ministério das Cidades.

O executivo da Abcon informou que pretende propor uma saída para evitar o aumento da tributação para os setores de infraestrutura, como um regime diferenciado. No caso específico do saneamento, é considerado até a alternativa de equiparação com a área de saúde.

"Vamos mostrar aos senadores o impacto do fim da isenção tanto nas tarifas quanto no ritmo dos investimentos", diz Soares. "Precisamos chegar a uma proposta razoável tanto ao espírito reformista quanto à necessidade de levar saneamento para quem não tem", acrescenta.

Se a discussão surgir durante os debates no Senado, o governo a avaliará, disse uma fonte do próprio governo.

Ela comentou que a questão não chegou a ser levantada durante as discussões sobre a **reforma tributária** na Câmara dos Deputados.

De forma geral, o governo quer evitar novos tratamentos tributários especiais, para que não haja oneração do conjunto da economia. A alíquota básica do IBS e da Contribuição de Bens e Serviços (CBS) deverá ser fixada de forma a manter o atual nível de arrecadação. Quanto mais exceções na **reforma tributária**, maior terá de ser essa alíquota.

O técnico ressalta que não se deve levar em conta só a tributação ao consumidor final de produtos e serviços, mas a carga incidente em toda a cadeia, incluindo investimentos.

Há ganhos de eficiência que impactarão toda economia e reduzirão custos das empresas, argumenta-se no governo.

"O setor sai do zero e vai para a alíquota máxima", afirma André Carvalho, sócio da consultoria tributária do Veirano Advogados.

Além da isenção do ISS, o Supremo Tribunal Federal

(STF) decidiu em 2013 que não incide ICMS sobre o fornecimento de água tratada por concessionária de serviço público (RE 607056). Alguns Estados têm regime de isenção, alíquota zero ou créditos do imposto, o que faz com que as concessionárias, em geral, também não paguem a alíquota cheia, segundo o advogado.

"Sai de zero [ISS e ICMS hoje] para uma alíquota que pode ser de 25% ou 30%. E a princípio não há alíquota reduzida para o setor", afirma Carvalho.

"Vemos um impacto grande no IBS e talvez na CBS também", aponta.

O advogado explica que algumas empresas, ao conseguirem no Judiciário o reconhecimento da imunidade recíproca (um ente público não pode cobrar tributo de outro) conseguem pagar PIS e Cofins no regime cumulativo, com a alíquota reduzida de 3,65%. Não há direito a créditos, porém, diz ele, ainda seria mais vantajoso.

Além dos **tributos**, pode haver impacto pelo fim de benefícios fiscais. Hoje o setor se beneficia do Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura (Reidi), que permite a aquisição da estrutura que será usada no saneamento com desoneração de PIS e Cofins.

Carvalho lembra que a ideia da reforma é ter um regime sem tantas exceções como hoje, mas pondera que alguns setores já conseguiram diferenciações, a exemplo da construção civil e do setor financeiro.

"Talvez a única boa notícia seja tomarem créditos sobre tudo", afirma Leonardo Battilana, sócio da área tributária do mesmo escritório. "Mas não sabemos se no fim do dia vai manter a carga tributária do saneamento.

Acho que vai onerar mais", acrescenta. O advogado lembra que na PEC nº 110 havia previsão de incentivos para serviços de saneamento.

Por isso, diz ele, a expectativa é que o setor recupere essa previsão no texto no Senado.

Segundo Renata Emery, sócia da área tributária do escritório Tozzini Freire Advogados, o setor pode tentar repassar o aumento de tributação no custo final, apesar de sofrer com inadimplência.

Para Emery, a tributação do setor, assim como de infraestrutura no geral (leia abaixo), aumenta a arrecadação porque são serviços consumidos por todos. "São os candidatos preferenciais para arrecadação", afirma.

Segundo Claudio Frischtak, economista e presidente da Inter B Consultoria Internacional de Negócios, o setor consegue repassar eventual aumento de tributação ao preço e ainda manter um benefício para quem precisa, por meio de "tarifa social". "Tem que se evitar a todo custo as exceções", afirma. "Quanto maior o número de exceções, aumenta a taxa básica e você começa a distorcer, mesmo que distorções muito menores do que temos hoje", acrescenta.

O economista ainda destaca que uma **reforma tributária** que traz simplificação melhora a situação de todos os setores.

Atualmente, o Brasil conta com déficit de 50% no serviço de coleta de esgoto. O setor estima que entre 13 milhões e 15 milhões de brasileiros não têm acesso à água tratada na torneira de casa. Desde a aprovação do marco do saneamento (Lei 14.026/2020), os governos têm tentado atrair mais investimento privado, que atualmente administra o atendimento de 26% da população.

"Previsão de aumento da carga tributária poderá ser revertida no Senado" Percy Soares Neto

Site: <https://valor.globo.com/virador/#!/edition/187613>

Reforma Tributária: jabuti abre brecha para redução de tributos sobre armas e munições, dizem especialistas

Por Bianca Gomes - São Paulo

Um inciso inserido de última hora no texto da **Reforma Tributária**, aprovada em julho pela Câmara dos Deputados, abre brecha para a redução de **tributos** sobre armas, munições e outros itens de defesa pessoal, alertam especialistas ouvidos pelo GLOBO.

O "jabuti", como tem sido chamado, coloca que bens e serviços relacionados à segurança, soberania nacional, segurança da informação e segurança cibernética podem ter alíquota reduzida em 60%.

Segundo Luiza Machado, advogada especialista em tributação, não há clareza se o dispositivo atingirá apenas bens e serviços ligados à segurança nacional ou a qualquer tipo de segurança - incluindo a privada. No entanto, acrescenta ela, se o objetivo fosse reduzir a tributação de armamento apenas para segurança nacional, adquirido por meio de compra pública, o texto da PEC já dispunha de medida para autorizar a lei complementar a zerar alíquota em caso de aquisição pela administração pública.

- Isso pode indicar que o objetivo da inclusão do inciso não é beneficiar a segurança nacional, mas sim as compras privadas. Desse modo, o inciso abre brechas para que a lei complementar, que vai efetivamente listar os bens que terão redução de alíquota, permita a redução de **tributos** sobre armas e munições, serviços de segurança privada, clubes de tiro, entre outros - diz a advogada, que é mestre em direito pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e integrante do Grupo de Pesquisa de Tributação e Gênero da FGV Direito SP.

Bruno Langeani, gerente do Instituto Sou da Paz, afirma que o benefício não foi discutido com lideranças do Congresso e entrou em formato de contrabando no texto final da reforma.

- A redação é ruim, aberta, e claramente permite um incentivo tributário para a compra de armas de fogo, munições e outros produtos de defesa. Beneficia CAC's (Caçadores, Atiradores e Colecionadores), empresas de segurança privada e lojas de armas - resume ele.

Langeani afirma que o inciso é uma tentativa da indústria armamentista se blindar de perdas futuras, tendo em vista as recentes medidas do governo federal que visam a reduzir a quantidade de armas e munições que podem ser compradas por cada cidadão

- Eles estão perdendo a lista de produtos que podem ofertar, mas querem manter estes produtos atrativos no preço - avalia Langeani.

Especialistas vinham defendendo que as armas e munições se enquadrassem na categoria de Imposto Seletivo (IS), que é um imposto incidente sobre determinados bens e serviços que causam consequências negativas à sociedade. Mas o trecho da **Reforma Tributária** que trata do IS cita apenas itens prejudiciais à saúde ou ao meio ambiente.

- Sem fazer menção à proteção à vida, o IS dependeria de uma interpretação bastante ampliada para incidir sobre armas e munições - diz Luiza Machado. - E, mesmo havendo essa interpretação, há um impeditivo no texto para que o Imposto Seletivo incida sobre bens de alíquota reduzida.

Para Langeani, a indústria armamentista é o "exemplo mais claro" do tipo de produto que não deveria receber isenção de imposto ou redução de alíquota, e sim entrar na categoria de imposto seletivo:

- As armas de fogo e as munições causam 40 mil mortes por ano no Brasil. Isso sem contar os milhões de reais que o sistema público de saúde precisa gastar com internações decorrentes de ferimentos causados por armas de fogo.

De acordo com o gerente do Sou da Paz, não é possível saber qual deputado incluiu esse inciso na **Reforma Tributária**. Mas certamente tem o "DNA da indústria da arma", categoria que tem um lobby forte no Congresso e no governo, diz ele. Um dos reflexos desse lobby, na visão do especialista, seria o fato de Lula não ter recuado das reduções de alíquotas que o governo do ex-presidente Jair Bolsonaro promoveu sobre a comercialização de armas de fogo e

munições.

A alíquota de Imposto sobre produtos industrializados (IPI) sobre revólveres e pistolas, que em 2018 era de 45%, foi reduzida na gestão Bolsonaro para 29,25% e ainda não retornou ao patamar anterior. Outro exemplos são os cartuchos e munições, cuja alíquota passou de 20% para 13% no mesmo período.

Em abril deste ano, o Sou da Paz e outras 13 organizações que atuam para reduzir a violência no Brasil enviaram um ofício ao Ministério da Fazenda pedindo que o governo reavalie as alíquotas em vigor e tome as medidas necessárias para aumentá-las. Veja, abaixo, a relação de itens citados pelas organizações no documento encaminhado ao ministro da Fazenda, Fernando Haddad:

Site:

<https://oglobo.globo.com/economia/noticia/2023/07/27/reforma-tributaria-jabuti-abre-brecha-para-reducao-de-tributos-sobre-armas-e-municoes-dizem-especialistas.ghtml>

Novas regras de socorro a estados e municípios serão enviadas em único projeto à Câmara. Veja agenda após o recesso

Por Victoria Abel - Brasília

O Ministério da Fazenda vai enviar as propostas de mudanças no Regime de Recuperação Fiscal (RRF) e na Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) à Câmara dos Deputados por meio de um único Projeto de Lei complementar. A proposta vai se somar à análise de outras pautas econômicas já em tramitação e mais duas que o ministro Fernando Haddad ainda quer enviar.

Veja alguns deles: União vai destinar 500 imóveis a habitação, educação e cultura

Apesar do número elevado de textos do governo a serem pautados no segundo semestre, líderes negam que haverá um congestionamento de projetos, ou que algum deles será paralisado. As prioridades devem ser elencadas pelo presidente Arthur Lira (PP-AL) na semana que vem.

- Também votamos várias matérias no primeiro semestre. O colégio de líderes vai agora fazer uma agenda de pautas. É positiva (a apresentação de novas propostas) e demonstra que o governo precisava realmente ser reestruturado - disse o líder do MDB, Isnaldo Bulhões (MDB-AL)

Aliados de Haddad acreditam que este semestre será menos congestionado que o primeiro no Congresso, quando os parlamentares analisaram arcabouço fiscal, **Carf**, **Reforma Tributária** e uma série de medidas provisórias do governo Lula .

A prioridade política do ministério da Fazenda, logo no início de agosto, será concentrar os esforços de articulação na **Reforma Tributária** no Senado. O PL do **Carf**, que estará na mesma Casa, já é considerado como resolvido por auxiliares do ministro Haddad, assim como o arcabouço fiscal que será novamente analisado pela Câmara.

Site:

<https://oglobo.globo.com/economia/noticia/2023/07/27/novas-regras-de-socorro-a-estados-e-municipios-serao-enviadas-em-unico-projeto-a-camara-veja-agenda-apos-o-recesso.ghtml>

FAZENDA PROPÕE MEDIDAS PARA FACILITAR CRÉDITO A ESTADOS

Por NATHALIA GARCIA

Brasília, DF - O Ministério da Fazenda anunciou nesta quarta-feira (26) um amplo pacote de medidas focadas em facilitar o acesso de estados e municípios a fontes de financiamento.

Ao todo, são 24 propostas (13 novas) separadas em cinco eixos no plano chamado "novo ciclo de cooperação federativa". O pacote foi apresentado pelo secretário do Tesouro Nacional, Rogério Ceron, após fala inicial do ministro Fernando Haddad (Fazenda).

As propostas, segundo o titular da pasta econômica, abrem um "ciclo de negociação para pensar o futuro da relação federativa". Haddad diz também que são medidas que "efetivamente vão alavancar os investimentos no país."

Como mostrou a Folha, a equipe econômica vai propor uma série de mudanças nas regras do chamado Regime de Recuperação Fiscal. O pacote inclui modificações na LRF (Lei de Responsabilidade Fiscal) e alterações na Capag (capacidade de pagamento) a nota de crédito que classifica a saúde fiscal de entes subnacionais. Há ainda medidas de fomento a PPPs (parcerias público-privadas) e de revisão dos limites de operações de crédito.

"O conjunto de medidas é um alinhamento de incentivo para uma melhora fiscal, não para uma deterioração fiscal dos entes", diz Ceron. "Elas [medidas] vão para a direção correta, de mais investimento público, mais crescimento econômico e mais benefícios para a população que depende do estado para serviços públicos essenciais."

RESPONSABILIDADE FISCAL

O Tesouro propõe uma nova regra na LRF para impedir o descasamento entre os recursos disponíveis em caixa de estados e municípios e as obrigações assumidas pelos entes, como pagamento de salários, por exemplo.

Em caso de descolamento, serão aplicadas medidas restritivas para novas despesas. A regra, que será proposta pelo governo por meio de um projeto de lei complementar e depende de aval do Congresso Nacional, entraria em vigor a partir de 2027, quando

inicia o mandato dos governadores eleitos no ano anterior.

"A ideia não é criar constrangimento de curto prazo para ninguém. Vai ter um período de transição, ela [mudança] não vai afetar os mandatos vigentes, que já estão em curso, de prefeitos e governadores", afirma Ceron.

"Com isso, você sinaliza o horizonte. A partir dos próximos mandatos, de prefeitos a partir de 2025 e de governadores a partir de 2027, eles já entram sabendo a regra do jogo e começam esse processo de ajuste", acrescenta.

Para o secretário do Tesouro, o envio ao Congresso dos projetos para alterar a Lei de Responsabilidade Fiscal e Regime de Recuperação Fiscal em agosto não vai contaminar o debate sobre a **reforma tributária** e sobre o novo arcabouço fiscal. Ceron defende que essa é uma "pauta positiva" e não polêmica e diz esperar um "diálogo saudável".

OPERAÇÕES DE CRÉDITO

O Tesouro usa a Capag como um indicador da saúde das contas dos entes subnacionais e faz o cálculo com base em três indicadores (endividamento, poupança corrente e liquidez). Apenas estados e municípios com notas "A" e "B" na classificação têm acesso a crédito com aval da União.

Entre os ajustes na classificação propostos pelo governo, está a introdução de um critério alternativo para estados e municípios chegarem ao rating mais elevado. O tema será tratado em uma consulta pública, que ficará aberta por 30 dias.

A avaliação da resiliência financeira de estados e municípios que buscam ter nota A levará em conta não apenas a poupança corrente (15%), mas também o saldo de caixa livre. Caso esse saldo seja maior que 7,5% da receita corrente líquida, o ente com nota B poderá ser reclassificado no nível mais alto.

"Tirando a questão reputacional, de imagem, não tem diferença entre ser A e B. Nós entendemos que esse não é o bom sistema de alinhamento de incentivo", diz Ceron.

Site: <https://www.gazetadealagoas.com.br/edicao-digital/Page?editionId=6042>

Pacote beneficia estados e municípios

Nathalia Garcia

O Ministério da Fazenda anunciou nesta quarta-feira (26) um amplo pacote de medidas focadas em facilitar o acesso de estados e municípios a fontes de financiamento. Ao todo, são 24 propostas (13 novas) separadas em cinco eixos no plano chamado "novo ciclo de cooperação federativa". O pacote foi apresentado pelo secretário do Tesouro Nacional, Rogério Ceron, após fala inicial do ministro Fernando Haddad (Fazenda).

As propostas, segundo o titular da pasta econômica, abrem um "ciclo de negociação para pensar o futuro da relação federativa". Haddad diz também que são medidas que "efetivamente vão alavancar os investimentos no país."

Como mostrou a Folha, a equipe econômica vai propor uma série de mudanças nas regras do chamado Regime de Recuperação Fiscal. O pacote inclui modificações na LRF (Lei de Responsabilidade Fiscal) e alterações na Ca-pag (capacidade de pagamento) a nota de crédito que classifica a saúde fiscal de entes subnacionais. Há ainda medidas de fomento a PPPs (parcerias público-privadas) e de revisão dos limites de operações de crédito.

"O conjunto de medidas é um alinhamento de incentivo para uma melhora fiscal, não para uma deterioração fiscal dos entes", diz Ceron. "Elas [medidas] vão para a direção correta, de mais investimento público, mais crescimento econômico e mais benefícios para a população que depende do estado para serviços públicos essenciais."

LRF

O Tesouro propõe uma nova regra na LRF para impedir o descasamento entre os recursos disponíveis em caixa de estados e municípios e as obrigações assumidas pelos entes, como pagamento de salários, por exemplo.

Em caso de descolamento, serão aplicadas medidas restritivas para novas despesas. A regra, que será proposta pelo governo por meio de um projeto de lei complementar e depende de aval do Congresso Nacional, entraria em vigor a partir de 2027, quando inicia o mandato dos governadores eleitos no ano anterior.

"A ideia não é criar constrangimento de curto prazo

para ninguém. Vai ter um período de transição, ela [mudança] não vai afetar os mandatos vigentes, que já estão em curso, de prefeitos e governadores", afirma Ceron.

"Com isso, você sinaliza o horizonte. A partir dos próximos mandatos, de prefeitos a partir de 2025 e de governadores a partir de 2027, eles já entram sabendo a regra do jogo e começam esse processo de ajuste", acrescenta.

Para o secretário do Tesouro, o envio ao Congresso dos projetos para alterar a Lei de Responsabilidade Fiscal e Regime de Recuperação Fiscal em agosto não vai contaminar o debate sobre a **reforma tributária** e sobre o novo arcabouço fiscal. Ceron defende que essa é uma "pauta positiva" e não polêmica e diz esperar um "diálogo saudável".

RATING

O Tesouro usa a Capag como um indicador da saúde das contas dos entes subnacionais e faz o cálculo com base em três indicadores (endividamento, poupança corrente e liquidez). Apenas estados e municípios com notas "A" e "B" na classificação têm acesso a crédito com aval da União.

Entre os ajustes na classificação propostos pelo governo, está a introdução de um critério alternativo para estados e municípios chegarem ao rating mais elevado. O tema será tratado em uma consulta pública, que ficará aberta por 30 dias.

A avaliação da resiliência financeira de estados e municípios que buscam ter nota A levará em conta não apenas a poupança corrente (15%), mas também o saldo de caixa livre. Caso esse saldo seja maior que 7,5% da receita corrente líquida, o ente com nota B poderá ser reclassificado no nível mais alto. "Tirando a questão reputacional, de imagem, não tem diferença entre ser A e B. Nós entendemos que esse não é o bom sistema de alinhamento de incentivo", diz Ceron.

De acordo com o governo, a mudança beneficiaria estados como Ceará, Bahia, São Paulo e Paraná e mais de 400 municípios, incluindo as capitais Belo Horizonte, Porto Alegre, Salvador, Curitiba e outras.

Outra proposta é a gradação a partir de 2025 no percentual da operação garantida pela União variando de 70 a 100% a depender da nota Capag ser C, B ou A.

A Fazenda também prevê acabar com as restrições em termos de limites para operações de crédito para os entes com rating A e A+. Há ainda a proposta de criação de um processo acelerado ("fast track") para liberação de operações de crédito aos entes com "informações contábeis consistentes".

Essa avaliação será feita a partir de um ranking de qualidade da informação contábil e fiscal outros testes. Estados e municípios que receberam nota A no ranking no Siconfi (Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro) e na Capag ficarão com o selo A+.

A instituição do ranking e do prêmio qualidade da informação contábil e fiscal para entes da federação será feita por meio da publicação de uma portaria.

Site: https://cdn-eflip.sflip.com.br/temp_site/issue-124c6149f09717e388e1f286163b130b.pdf

Ao estilo do orçamento secreto , parlamentares distribuem oito vezes mais verbas via emendas pix em 2023

Por Bernardo Mello e Julia Noia - Rio de Janeiro

Deputados e senadores decidiram turbinar os repasses feitos via emendas a estados e municípios usando as chamadas "emendas Pix", modalidade de transferência direta de recursos , com pouca transparência, numa lógica semelhante à do orçamento secreto, mecanismo implementado durante o governo do ex-presidente Jair Bolsonaro. Levantamento feito pelo GLOBO com dados do sistema do Orçamento do Senado mostra que, em 2023, o governo federal empenhou (autorizou para uso) R\$ 6,37 bilhões em repasses indicados por parlamentares com a rubrica - o equivalente a 44% do total destinado a emendas individuais no ano. A distribuição é oito vezes maior do que a de 2020, quando a modalidade começou a valer. Até julho daquele ano, haviam sido reservados R\$ 771,2 milhões, correspondente a 10,6% das individuais aprovadas no período.

As "emendas Pix", uma forma de transferência de emendas individuais, foram criadas em 2019 para acelerar o repasse a estados e municípios. Diferentemente das demais modalidades, o dinheiro é repassado diretamente dos cofres da União, sem a necessidade de um projeto específico. Por lei, devem apenas respeitar a destinação de ao menos 70% para investimentos, excluindo despesa com pessoal e pagamento de dívida.

Para especialistas ouvidos pelo GLOBO, a falta de vinculação a um projeto dificulta a fiscalização e o controle de como os valores estão sendo aplicados. No começo de julho, o governo liberou R\$ 5,2 bilhões do previsto pela modalidade para acelerar a votação de projetos como o **Reforma Tributária**.

- As operações especiais (como as "emendas Pix") nasceram para fazer ajustes residuais - explica Emerson Cervi, professor de Ciência Política da UFPR. - Representa a materialização do encurtamento do caminho do Parlamento aos redutos eleitorais e é uma alternativa para atender às demandas dos parlamentares com o fim do orçamento secreto.

Desde 2020, cresceu o interesse de parlamentares

nas emendas Pix , e há casos em que a destinação atendeu municípios em que exercem influência direta. Aparecem na lista parlamentares como o ex-deputado federal Édio Lopes (PL-RR), que engordou os cofres da prefeitura de Mucajaí, comandada pela esposa, Eronildes Gonçalves (PL).

Há ainda aliados do governo Lula, como o senador Davi Alcolumbre (União-AP), que enviou R\$ 29,5 milhões ao governo do Amapá nesta modalidade. Alcolumbre apoiou a eleição do atual governador, Clécio Luís (Solidariedade), também aliado do líder do governo Lula no Congresso, Randolfe Rodrigues (sem partido-AP) - que destinou à gestão estadual R\$ 27,2 milhões nesta modalidade.

Especialistas apontam que a falta de transparência pode levar à perda de controle sobre como os recursos estão sendo aplicados por prefeituras e governos estaduais. Nessa linha, afirmam que dá margem para irregularidades em licitações e esquemas de corrupção. Marina Atoji, conselheira da Transparência Brasil, ressalta ainda que há falta de estrutura e politização de órgãos fiscalizadores que poderiam coibir uso indevido do dinheiro, como os tribunais de contas:

- Em muitos casos, governadores e prefeitos nomeiam aliados para conselheiros de tribunais de contas estaduais e municipais.

Site:

<https://oglobo.globo.com/politica/noticia/2023/07/27/ao-estilo-do-orcamento-secreto-parlamentares-distribuem-oito-vezes-mais-verbas-via-emendas-pix-em-2023.ghtml>

Energia e telecom poderão pagar Imposto Seletivo

O saneamento não é a única área de infraestrutura que poderá ter a carga tributária majorada pelo texto da **reforma tributária** aprovado pela Câmara. Há uma brecha na redação que permite a cobrança do Imposto Seletivo (IS) sobre os setores de energia e telecomunicações.

O parágrafo terceiro do artigo 155 cita os **impostos** que poderão incidir sobre "operações relativas à energia elétrica, serviços de telecomunicações, derivados de petróleo, combustíveis e minerais do País" e menciona o artigo 153, VIII da reforma - o dispositivo autoriza à União instituir **impostos** sobre "produção, comercialização ou importação de bens e serviços prejudiciais à saúde ou ao meio ambiente". Essa é a previsão para criação do Imposto Seletivo.

De acordo com Renata Emery, sócia do Tozzini Freire Advogados, prevaleceu um texto mais aberto sobre o IS, que não define sobre quais atividades exatas o tributo poderia incidir. "Ao deixar a definição para lei complementar, fica o receio de que todas as atividades listadas serão alcançadas", afirma. "Essa é uma questão de interpretação que poderia ser esclarecida no Senado, segundo o advogado Leonardo Battilana, sócio do Veirano Advogados.

Uma lei, a ser proposta após a aprovação da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 45, vai dizer exatamente sobre o que o IS será cobrado, informa fonte do governo.

O secretário extraordinário da **reforma tributária**, Bernard Appy, já declarou que a ideia é cobrá-lo sobre cigarros e bebidas alcoólicas.

Esse é o padrão mundial.

O setor elétrico aposta no "diálogo aberto" com o relator da reforma, senador Eduardo Braga (MDB-AM), para enquadrar a essencialidade do serviço. "Existe um risco de a energia elétrica receber a mesma alíquota de produtos supérfluos, pagando o mesmo tributo cobrado de cigarro, bebidas alcoólicas e outros.

Então, é uma grande preocupação", afirmou o presidente do Fórum das Associações do Setor Elétrico (Fase), Mário Menel.

Menel afirma que o relator conhece "profundamente" a

realidade do setor, pois já foi ministro de Minas e Energia. Para ele, seria um "erro" o setor deixar para resolver a questão na aprovação de lei complementar, quando o patamar de receita da **reforma tributária** já estiver pré-estabelecido.

O Imposto Seletivo é entendido por integrantes do setor de infraestrutura como o mecanismo que pode recompor eventual perda de arrecadação dos Estados.

Para que seja mais efetivo, ele abarca as três principais fontes de arrecadação dos governadores: energia, telecomunicações e combustíveis.

O presidente do Fase avalia que o aumento da carga tributária no segmento de geração tem o potencial de se propagar para toda a cadeia de suprimento, passando por transmissão e distribuição de energia.

Por enquanto, contudo, considera "muito difícil" calcular o impacto para o consumidor.

O diretor jurídico da Associação Brasileira de Distribuidores de Energia Elétrica (Abradee), Wagner Ferreira, disse ao Valor que as concessionárias de distribuição estão alinhadas ao fórum, tanto na estratégia de diálogo com o relator quanto na declaração da energia como essencial.

As operadoras de telefonia também defendem o "papel essencial" do serviço para garantir uma alíquota diferenciada na **reforma tributária**.

Procurada, a Conexis Brasil Digital, que reúne as maiores prestadoras do serviço do país, defendeu que os serviços oferecidos "não se encaixam nos critérios para a inclusão na lista de imposto seletivo, por não ser um serviço prejudicial à saúde ou ao meio ambiente".

A entidade "vê como um avanço se o texto for aprimorado vedando esta possibilidade" e entende que "qualquer iniciativa que leve ao aumento da carga de **impostos** do setor está na contramão do desenvolvimento econômico e da inclusão digital".

"Essa é uma questão [cobrança do IS] de interpretação que poderia ser esclarecida no Senado" Leonardo Battilana

Site: <https://valor.globo.com/virador/#/edition/187613>

Acidentes de trabalho no Brasil somam 612 mil em 2022

Publicado em 27/07/2023 - 07:07

Por Alana

Gandra - Repórter da Agência Brasil - Rio de Janeiro

Uma pesquisa do Observatório de Segurança e Saúde no Trabalho, disponibilizada pelo Ministério Público do Trabalho (MPT), mostra que, em 2022, o Brasil registrou 612,9 mil notificações de acidentes relacionados à jornada profissional. Isso resultou em 148,8 mil benefícios concedidos pelo Instituto Nacional do Seguro Social (**INSS**). Já o número de óbitos por acidente de trabalho no país atingiu 2.538 no ano passado. Nesta quinta-feira (27), comemora-se o Dia Nacional de Prevenção de Acidentes de Trabalho.

Entre as unidades federativas, São Paulo apresentou o maior volume de notificações por acidentes de trabalho (204.157), ou o correspondente a 35% do total. Minas Gerais vem em seguida, com 63.815 notificações, seguido do Rio Grande do Sul, com 50.491.

Em escala municipal, a capital paulista exerce a liderança, com 51.233 notificações, à frente do Rio de Janeiro (18.747) e de Belo Horizonte (11.776). O procurador do Trabalho Luciano Leivas avaliou que, considerando esses dados como absolutos, eles refletem um quadro da distribuição da população economicamente ativa no país.

"São estados mais populosos, com maior empregabilidade e, por conta dessa maior concentração da população economicamente ativa, os dados absolutos apontam o estado de São Paulo e outras unidades com maior população economicamente ativa pontuando esses dados", disse ele, que também é vice-coordenador da Coordenadoria Nacional de Defesa do Meio Ambiente de Trabalho e da Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora (Codemat), do MPT.

A área da saúde concentra grande parte dos acidentes de trabalho, representando 10% das notificações feitas ao **INSS**. A atividade de atendimento hospitalar é o setor com mais acidentes de trabalho, somando 603.631 de 2012 a 2022. Nesse cenário, a de técnico de enfermagem detém o maior número de acidentes de trabalho, da ordem de 313.654 no mesmo período. Leivas afirmou que a área da saúde tem essa peculiaridade porque, dentro dos serviços de saúde, existem meios mais céleres de notificação.

Há também subnotificação na área da saúde. "Muitos serviços diversos do setor hospitalar deixam de fazer as comunicações de acidente de trabalho por vários motivos", afirmou. Por outro lado, explicou que como a atividade hospitalar é vocacionada para o atendimento à saúde, os dados tendem a ser mais próximos da realidade.

Por ter uma notificação regular mais fidedigna, o setor de saúde tende a ter uma estatística consolidada mais elevada. O procurador do Trabalho disse que, em tese, os setores que adotam como prática a subnotificação poderiam ter mais adoecimentos e acidentes relacionados ao trabalho do que aqueles que estão efetivamente registrados.

Leivas esclareceu que a atuação do MPT para reduzir o volume de acidentes de trabalho e garantir a saúde do trabalhador se dá de duas maneiras: repressiva e preventiva. Na modalidade repressiva - quando o fato já aconteceu -, o MPT trabalha junto com os centros de Referência em Saúde do Trabalhador, do Ministério da Saúde, para instalação de um inquérito civil. O órgão também exerce atividades de fiscalização para identificar falhas no gerenciamento dos riscos do ambiente de trabalho, buscando a regularização.

A forma preventiva, ou promocional, se dá por meio dos projetos nacionais temáticos. A Codemat tem cinco grandes projetos. Um deles é o fortalecimento da saúde do trabalhador no Sistema Único de Saúde (SUS). Esse projeto não aborda casos de fraturas, queimaduras, lesões e até mesmo óbito decorrente de um fato instantâneo, mas o adoecimento relacionado ao trabalho. Ou seja, a exposição a agentes químicos, físicos e biológicos no ambiente laboral e que leva ao funcionário adoecer, até mesmo depois de sair do emprego, adquirindo um câncer ou uma lesão por esforço repetitivo, por exemplo.

"O SUS é que acaba acolhendo esse trabalhador adoecido". Esse projeto nacional do MPT fortalece o SUS, buscando identificar onde o trabalhador está adoecendo e, aí, tentar fazer as medidas de adequação do setor econômico.

Há também o projeto de combate à subnotificação. Os dados do **INSS** se reportam apenas ao trabalhador do mercado formal, que tem carteira assinada, e não

contemplam os aqueles do mercado informal ou os que mesmo no mercado formal, sofrem acidentes e adoecimentos não notificados pelas empresas. A meta é demonstrar mais claramente a realidade acidentária no Brasil.

O projeto que objetiva o banimento do amianto como matéria-prima da indústria nacional obteve este ano decisão favorável do Supremo Tribunal Federal (STF). "Há uma tendência de redução de cânceres decorrentes da exposição ao amianto". Outra ação promove a saúde do trabalhador nos frigoríficos, que são um ambiente "extremamente hostil à saúde humana", disse Leivas. Por fim, um projeto multisetorial busca fazer protocolos ou diretrizes sobre fatos causadores de câncer relacionados ao trabalho. Segundo a Organização Internacional do Trabalho, parte significativa dos adoecimentos com diagnóstico de câncer têm relação com o trabalho.

De acordo com Luciano Leivas, a questão da prevenção de acidentes de trabalho merece destaque. "Do ponto de vista econômico, os acidentes de trabalho têm grande impacto, e também na **Previdência Social**, traduzidos por valores elevados de benefícios, como pensão por morte, aposentadorias por invalidez, auxílio-doença por incapacidade temporária, decorrentes de acidentes de trabalho".

Leivas afirmou que as datas comemorativas são importantes, bem como fazer reflexões sobre o problema. "Mas a questão tem que ser levada para dentro das empresas e sindicatos, construir uma cultura de prevenção de acidentes do trabalho, que vá além da ideia do equipamento de proteção individual (EPIs), que, muitas vezes, não tem a menor eficiência para prevenir um acidente".

O presidente da Associação Nacional de Medicina do Trabalho (ANMAT), Francisco Cortes Fernandes, explicou que a questão da segurança e da medicina do trabalho é um processo interligado. O engenheiro ocupacional, por exemplo, reconhece os riscos existentes no local de trabalho, comunicando se estão acima ou abaixo do limite de tolerância de exposição ocupacional.

Ao engenheiro de segurança e trabalho cabe propor medidas de segurança quando os riscos que estão dentro do ambiente de trabalho ultrapassam os limites de segurança. Ao médico do trabalho, por sua vez, cabe identificar, através de exames ocupacionais, as doenças relacionadas à exposição ao risco ou que não foram ou não estão sendo bem controladas.

Fernandes afirmou que existem empresas no Brasil com padrões de excelência em segurança e cumprem a legislação vigente. Outras, por sua vez, estão fora da

normativa de segurança do país. "Como existe em todas as profissões e setores, há casos ótimos, bons e ruins", externou o presidente da ANMAT à Agência Brasil .

A mestre em fisiologia do exercício pela Universidade Federal de São Paulo (Unifesp), Bianca Vilela, afirmou que as empresas têm um papel preponderante para evitar acidentes no ambiente corporativo. "É o exemplo que, depois, deve ser levado para fora da empresa". Bianca destacou que a empresa é uma célula de cultura que vai abordar ali a saúde e a segurança de seus colaboradores.

Em uma linha de montagem de veículos, por exemplo, há vários materiais como prensa, martelos, e uma série de situações que podem gerar acidentes. Para evitar que esses acidentes aconteçam, existem normas que vão regulamentar a segurança do colaborador. Aí entram os chamados EPIs. Se a pessoa vai manusear algo cortante, ela tem que ter uma luva específica. Para suportar ruído maior do que deveria, o trabalhador deve usar um protetor auricular.

"Todos esses cuidados devem ser o coração da empresa, para que o colaborador volte para casa saudável. Ninguém quer voltar sem um dedo ou com alguma torção ou, até mesmo tendo um incidente de trabalho, que é antes do acidente. São coisas que você quase tropeça, quase se corta. Todos esses cuidados fazem parte do dia a dia da empresa", ressaltou a fisiologista.

É necessário, também, que haja conscientização da parte dos trabalhadores, porque existe muita gente resistente a seguir as normas. A fisiologista salientou que quem desempenha um serviço há muitos anos sem problemas, pode ter uma falsa impressão que está imune a acidentes.

"Isso é muito perigoso. A empresa precisa dar esse fomento de treinamento e de equipamentos, mas o colaborador tem uma palavra muito importante nesse processo, que é a aceitação. Ele precisa aceitar aqueles procedimentos corretos para que ele mesmo seja o beneficiado". Questões importantes no dia a dia de trabalho, como a ginástica laboral, vêm em seguida. "Aí você vai criando a cultura de saúde e segurança, que são inseparáveis", afirmou Bianca Vilela.

Site: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2023-07/acidentes-de-trabalho-no-brasil-chegaram-612-mil-no-ano-passado>

Juros bancários médios têm 1ª queda do ano em junho, para 44,6% ao ano

Por **Alexandro Martello, g1 - Brasília**

A taxa média de juros cobrada pelos bancos em operações com pessoas físicas e empresas recuou de 45,4% para 44,6% ao ano de maio para junho desse ano, informou o Banco Central nesta quinta-feira (27).

Essa foi a primeira queda do juro médio dos bancos desde dezembro do ano passado. A taxa foi calculada com base em recursos livres - ou seja, não inclui os setores habitacional, rural e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

A redução dos juros bancários médios acontece em momento de queda da chamada taxa de captação dos bancos, ou seja, quanto eles pagam pelos recursos. Com a expectativa de corte da taxa básica da economia, a Selic, pelo Banco Central no começo de agosto, o valor que as instituições financeiras pagam pelos recursos, vem recuando desde abril. As taxas de captação dos bancos têm por base os juros do mercado futuro, pactuados entre as instituições financeiras com base nas expectativas para a economia brasileira. Nos últimos três meses, a taxa de captação das instituições financeiras caiu 1,3 ponto percentual, para 11,5% ao ano em junho.

A taxa média de juros cobrada nas operações com empresas recuou de 23,8% ao ano em maio para 23,1% ao ano em junho. Já nas operações com pessoas físicas, os juros caíram de 59,9% ao ano em maio para 59,1% ao ano em junho.

No cheque especial das pessoas físicas, a taxa subiu de 130,7% ao ano, em maio, para 133,6% ao ano em junho de 2023. A taxa média de juros cobrada pelos bancos nas operações com cartão de crédito rotativo recuou de 454% ao ano, em maio, para 437,3% ao ano em junho.

O crédito rotativo do cartão de crédito é acionado por quem não pode pagar o valor total da fatura na data do vencimento.

Mesmo com a queda em junho, o patamar da taxa rotativa de juros segue proibitivo. Essa é a linha de crédito mais cara do mercado e, segundo analistas, deve ser evitada.

A recomendação é que os clientes bancários paguem

todo o valor da fatura mensalmente.

Em abril, o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, afirmou que vai negociar com as instituições financeiras uma redução da taxa de juros cobrada nas operações com o cartão de crédito rotativo.

Crédito bancário

O volume total do crédito bancário no mercado, segundo o Banco Central, teve pequeno aumento de 0,1% em junho, ficando relativamente estável em R\$ 5,4 trilhões.

No mês passado, houve alta de 1% nos empréstimos para as empresas, para R\$ 2,1 trilhões, e queda de 0,4% nas operações de crédito para as pessoas físicas - para R\$ 3,3 trilhões, acrescentou a instituição.

Para as pessoas físicas, o BC informou que contribuíram para a queda em junho as operações com crédito pessoal não consignado (-2,8%), o cartão de crédito (-1,1%) e o crédito consignado para aposentados e pensionistas do **INSS** (-1,9%).

Segundo o BC, também houve alta de 0,78% nas novas concessões de empréstimos no mês passado, período em que somaram R\$ 492,7 bilhões. Em abril, haviam totalizado R\$ 495,6 bilhões.

Esse foi o segundo mês seguido de alta. O cálculo foi feito após ajuste sazonal (uma espécie de compensação para comparar períodos diferentes).

Site:

<https://g1.globo.com/economia/noticia/2023/07/27/juros-bancarios-medios-tem-1a-queda-do-ano-em-junho-para-446percent-ao-ano.ghtml>

Juros do cartão de crédito rotativo atingem 437,3% em junho, maior taxa para o mês desde 2016

Economia

/
Do R7

Os brasileiros que fizeram uso do rotativo do cartão de crédito em junho amargaram uma taxa média de juros de 437,3% ao ano, mostram dados revelados nesta quinta-feira (27) pelo BC (Banco Central) .

O patamar, 16,7 pontos percentuais menor do que o apurado em maio (454% ao ano), é o menor desde maio (433,3% ao ano). Apesar da redução, a taxa média apresenta alta de 66,9 pontos percentuais no acumulada nos últimos 12 meses e representa o maior valor para meses de junho desde 2016 (470,62% ao ano)

Na prática, o consumidor que cair no rotativo com uma dívida no valor de R\$ 500 precisa desembolsar um adicional de R\$ 2.186,50 para quitar o saldo devedor com a instituição financeira após um ano.

De acordo com as estatísticas monetárias e de crédito, as taxas cobradas para aqueles que fizeram uso do cheque especial voltaram a crescer após leve recuo em maio. O patamar atual desembolsado aos que precisam ficar com as contas bancárias no vermelho é de 133,6% ao ano, nível 2,9 pontos percentuais superior ao registrado em maio e 4,4 pontos percentuais maior em relação ao mesmo período do ano passado.

Para auxiliar os milhões de endividados que sofrem com as taxas elevadas de juros, o governo federal lançou o programa Desenrola Brasil para que os endividados consigam renegociar suas dívidas. Somente na primeira semana, a iniciativa ajudou a tirar mais de 2 milhões de brasileiros do vermelho .

Consignado

Para driblar as taxas exorbitantes, o consumidor pode aderir ao empréstimo consignado, modalidade que oferece desconto direto na folha de pagamento. A taxa

da linha de crédito avançou 0,1 pontos percentuais e fechou o primeiro semestre de 2023 em 25,9% ao ano.

Dentro do consignado, as taxas variam entre os grupos de profissionais, com a menor delas cobrada aos **servidores públicos** (24,9% ao ano). Para os beneficiários do **INSS** (Instituto Nacional do Seguro Social) e trabalhadores do setor privado, as cobranças figuram em, respectivamente, 25,1% ao ano e 38,9% ao ano.

Entenda o Programa Desenrola Brasil

Luce Costa/Arte R7

Gostaria de ver as fotos novamente ?

Site: <http://noticias.r7.com/economia/taxas-de-juros-bc-junho-2023-27072023>

Melhora é só um passo para grau de investimento, dizem analistas

ALINE BRONZATI, CÍCERO COTRIM, EDUARDO LAGUNA e MATHEUS PIOVESANA

A decisão da Fitch de elevar a nota de crédito do Brasil confirma o sentimento positivo que os investidores têm mostrado em relação ao País diante do avanço da agenda de reformas macroeconômicas no atual governo, segundo a avaliação dos economistas. Essa mudança, porém, não deve ter impacto imediato, já que a dívida brasileira ainda é classificada como especulativa.

"A melhora do rating pela Fitch é uma notícia boa, mas também não dá para celebrar efusivamente.

É uma maratona e a gente apenas completou a primeira milha", disse o diretor de Pesquisa Macroeconômica do Goldman Sachs para América Latina, Alberto Ramos. Para ele, na "longa estrada" que tem pela frente para recuperar o grau de investimento o Brasil precisa avançar em reformas, em especial na administrativa, por meio do corte de gastos públicos. "O Brasil gasta muito, tributa muito, investe pouco, gasta mal." Ex-secretário do Tesouro Nacional e hoje economista da ASA Investments, Jeferson Bittencourt diz que o anúncio da Fitch não tem poder de reverter a baixa participação de estrangeiros no financiamento da dívida pública, que era de 20% quando o Brasil tinha o selo, mas caiu para 8% após o rebaixamento da nota de risco de crédito.

Bittencourt observa que, como o governo depende de fontes internas para financiar um déficit elevado e uma dívida proporcionalmente alta, boa parte do crédito é consumida pelo Estado, levando a taxas de juros mais altas no mercado.

Para o diretor de portfólio de mercados emergentes da Pimco, Pramol Dhawan, a decisão da Fitch reafirma o otimismo dos investidores diante do encaminhamento das reformas no País. "O Brasil tem um caminho para o grau de investimento, mas que também dependerá da entrega das metas fiscais prometidas pela nova regra e da redução da proporção da dívida pública em relação ao Produto Interno Bruto." Com a alta do rating, a Fitch reviu a previsão de crescimento do Brasil este ano, de 0,7% para 2,3%, puxado pela produção agrícola, o mercado de trabalho aquecido e o crescimento dos gastos do governo.

Desafios pela frente

Controle de gastos

Segundo os analistas, além de concluir a atual etapa da **reforma tributária** (que ainda tem de ser aprovada no Senado) o governo precisa avançar na reestruturação administrativa para ter maior controle dos gastos públicos e seguir em busca do grau de investimento

Endividamento

A tramitação do novo arcabouço fiscal, em substituição ao atual modelo de teto de gastos, é passo fundamental para que o governo alcance as metas fiscais fixadas e possa avançar para reduzir a proporção da dívida pública em relação ao **PIB**

Baixo crescimento

O lento avanço do **PIB** e os baixos índices de produtividade são uma armadilha que, na avaliação dos analistas, prende a economia brasileira há anos. Isso só poderia ser vencido com o avanço de reformas estruturais que garantam o controle dos gastos e do endividamento público no País

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Melhora do cenário leva analistas a aumentarem o preço-alvo das ações

Os analistas de investimentos iniciaram um movimento de reavaliação das empresas, num ajuste para acompanhar a mudança de humor do mercado depois dos cortes nos preços-alvos no começo do ano. Esse indicador, também chamado de "preço justo", estima o valor futuro da ação com base no desempenho da empresa, da economia, tendências do setor, entre outros fatores.

Em julho, até dia 26, o número de elevações em preços-alvos foi mais que o triplo dos cortes - 76 para 25 -, segundo levantamento do Valor em relatórios de bancos.

No período houve 15 cortes de recomendação - entre comprar, manter e vender -, 4 elevações e 83 ficaram inalteradas.

Essa fotografia mostra uma reversão do cenário que se via nos primeiros meses de 2023. No fim de março, o número de cortes era quase o triplo das elevações de preços-alvos. No topo da lista, muitas empresas do setor de saúde e de construção civil. Na soma do semestre foram 481 reduções e 216 aumentos. Na média, o corte foi de 20%.

As perspectivas de redução mais rápida dos juros e de atividade econômica aquecida provocaram, a partir do mês passado, uma revisão dos indicadores macroeconômicos. Os bancos passaram a ver Selic, **inflação** e dólar em tendência de queda, o que favorece as empresas.

A mudança dos preços-alvos e recomendações acompanha a melhora de expectativas e é em grande medida um ajuste das planilhas às novas premissas de crescimento da economia, depois dos cortes que se seguiram ao pós-eleição.

Os números, no entanto, ainda são tímidos na comparação histórica e neste primeiro momento indicam um resgate de setores mais castigados.

Na terça-feira, o BTG Pactual reajustou o preço de nove empresas de construção, um setor para o qual os investidores esperam ver fluir dinheiro do governo para moradia popular. Na mesma toada, o Bradesco BBI reajustou em peso suas construtoras e dobrou a aposta em Plano Plano e Tenda. Página C6

Site:

**[https://valor.globo.com/virador/#/edition/187613?page=1
§ion=1](https://valor.globo.com/virador/#/edition/187613?page=1§ion=1)**

Elevação do rating reflete clima econômico melhor

Lu Aiko Otta De Brasília

Revelada aos poucos nesses quase sete meses do terceiro mandato de Luiz Inácio Lula da Silva, a liderança política do ministro da Fazenda, Fernando Haddad, ganhou pontos ontem, com a decisão da agência de classificação de risco Fitch de elevar a nota do Brasil de "BB-" para "BB". O aumento do rating foi um passo pequeno, mas que reflete a melhora do clima econômico e político no país.

O ministro, porém, fez questão de frisar que essa evolução não teria sido possível sem a cooperação dos três Poderes da República.

Começou sua fala agradecendo "às pessoas", no plural, que contribuíram para o resultado.

E deixou claro que mira algo muito melhor: "um país como o Brasil, não tem sentido não ter grau de investimento".

Haddad citou nominalmente os presidentes da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), e do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), responsáveis pelo avanço de propostas como o novo arcabouço fiscal e a **reforma tributária**, que deram base à avaliação feita pela Fitch de que o Brasil caminha para uma consolidação fiscal gradual e um crescimento estrutural de 2%.

Citou ainda o deputado Baleia Rossi (MDB-SP) e o senador Davi Alcolumbre (União-AP), iniciadores das Propostas de Emenda à Constituição (PECs) 45 e 110, respectivamente, que são a base da **reforma tributária**. Afirmou, por fim, ter certeza de que o senador Eduardo Braga (MDB-AM) vai dedicar-se à tarefa de "lapidar" a proposta e obter sua aprovação no Senado. A **reforma tributária**, afirmou, é a principal reforma em curso no Brasil.

A melhora do quadro fiscal decorreu também de decisões da Justiça que deram ganho de causa à União. Como mostrou o Valor em sua edição de terça-feira, o governo federal venceu 10 de um total de 14 julgamentos realizados pelos tribunais superiores no primeiro semestre deste ano, com impacto estimado em R\$ 210,8 bilhões.

"Estou muito confiante e reputo esses resultados à harmonia entre os Poderes da República", afirmou o

ministro. "A chamada crise econômica que o Brasil vive é desdobramento de uma crise de natureza política; se acertarmos o passo na política, no diálogo, na construção, vamos superar essa situação e voltar a crescer com sustentabilidade social, ambiental e fiscal." A capacidade do ministro de construir acordos e avançar com as propostas é apontada no seu entorno como um grande ativo.

A palavra de ordem é buscar a solução possível, o que às vezes significa sacrificar o que seria ideal do ponto de vista técnico.

A Fitch elevou a nota do Brasil pouco mais de um mês após outra agência de classificação de risco, a Standard Poor's, haver melhorado a perspectiva da nota do país. Assim, a melhora é percebida pelos avaliadores. "Fico muito feliz de em seis meses termos sinalizado para o mundo que Brasil é país de geração de oportunidades", disse Haddad.

O **comunicado** da Fitch destaca o avanço da agenda de reformas do Brasil. Não só as propostas por este governo, mas as ocorridas nos últimos anos. Cita a reforma da Previdência e a autonomia do Banco Central. Também nota progressos importantes no arcabouço e na **reforma tributária**, além de outras propostas "menores". Destaca ainda os esforços para estimular investimentos privados, numa atuação pragmática do governo Lula.

Sobre o arcabouço, a agência considera que deve ajudar a conter os gastos como proporção do Produto Interno Bruto. Por outro lado, aponta para a necessidade de um grande esforço de arrecadação para que as metas fiscais sejam atingidas.

A dívida pública apresenta hoje uma trajetória melhor do que a esperada em 2018, quando a nota do Brasil foi rebaixada, disse.

Haddad confirmou que, junto com a proposta do orçamento de 2024, enviará propostas de medidas saneadoras destinadas a recompor a base de arrecadação. A meta fiscal para o próximo ano, conforme o novo arcabouço fiscal, é zerar o déficit. Num horizonte mais longo, o ministro apontou para a agenda de transição ecológica, que pretende transformar o Brasil num polo de atração de investimentos. "Isso dá uma nova perspectiva para o

país." Os comentários foram feitos no lançamento de 23 medidas que pretendem definir o futuro das relações federativas.

Site: <https://valor.globo.com/virador/#/edition/187613>

Dólar cai ao menor nível desde 04/22 após nota do Brasil subir

Lucas Bombana

O dólar fechou o pregão em queda nesta quarta-feira (26) e renovou as mínimas em mais de um ano, após a decisão da Fitch de elevar a nota de crédito soberano do país para BB.

A moeda norte-americana encerrou os negócios em baixa de 0,44%, a R\$ 4,7280 na venda, no menor patamar desde 20 de abril de 2022 (R\$4,619).

Na Bolsa de Valores, o Ibovespa engatou a quinta alta seguida e subiu 0,45%, aos 122.560 pontos, no maior patamar desde 9 de agosto de 2021 (123.019 pontos).

Segundo a Fitch, a decisão reflete um desempenho macroeconômico e fiscal melhor que o esperado e a agenda de reformas, com o avanço da **Reforma Tributária** e do arcabouço fiscal no Congresso no governo Lula, e a reforma da Previdência e a independência do BC (Banco Central) nos anos anteriores.

"O Brasil alcançou progresso em importantes reformas para enfrentar os desafios econômicos e fiscais", diz a agência em relatório.

No mercado internacional, a atenção dos investidores se voltou nesta quarta para a decisão de juros nos Estados Unidos. Em linha com as expectativas, o Fed (Federal Reserve, banco central dos EUA) voltou a subir a taxa de juros em 0,25 ponto percentual, para uma faixa de 5,25% a 5,50% o nível mais alto em 22 anos.

Embora tenha deixado a porta aberta para novas altas, a decisão da autoridade monetária dos EUA trouxe alívio para os mercados. Nas Bolsas dos Estados Unidos, as perdas do Nasdaq e do S P 500 perderam intensidade após a decisão do Fed, com os índices encerrando os negócios em leve queda, de 0,12% e 0,02%, respectivamente. Já o Dow Jones teve alta de 0,23%.

No Brasil, o Ibovespa inverteu o sinal e passou a operar em alta após a decisão do Fed.

Sávio Barbosa, economista-chefe da Kínitro Capital, diz que trabalha com um cenário-base em que o aumento de hoje será o último desse ciclo de alta de

juros pelo Fed. "Essa leitura se deve a perspectiva mais benigna que temos para a **inflação** americana", afirma Barbosa, acrescentando que a dinâmica da **inflação** dará conforto ao Fed para manter a taxa de juros estável ao longo dos próximos meses, mesmo com um ritmo de crescimento saudável.

Economista-chefe da Ativa Investimentos, Éto-re Sanchez diz que interpretou a comunicação do Fed com um viés mais "dovish", o que corresponde à sinalização de uma política monetária mais branda por parte do BC americano.

O tom da comunicação "nos faz reafirmar a perspectiva de que o Fed não irá subir o juro novamente", diz Sanchez. O economista lembra ainda que o presidente do Fed, Jerome Powell, classificou a política monetária como suficientemente restritiva.

Site: https://cdn-eflip.sflip.com.br/temp_site/issue-124c6149f09717e388e1f286163b130b.pdf

Dólar cai ao menor patamar desde abril de 2022

O dólar fechou o pregão em queda nesta quarta-feira (26) e renovou as mínimas em mais de um ano, após a decisão da Fitch de elevar a nota de crédito soberano do país para BB. A moeda norte-americana encerrou os negócios em baixa de 0,44%, a R\$ 4,7280 na venda, no menor patamar desde 20 de abril de 2022 (R\$ 4,619).

Na Bolsa de Valores, o Ibo-vespa engatou a quinta alta seguida e subiu 0,45%, aos 122.560 pontos, no maior patamar desde 9 de agosto de 2021 (123.019 pontos).

Segundo a Fitch, a decisão reflete um desempenho macroeconômico e fiscal melhor que o esperado e a agenda de reformas, com o avanço da **Reforma Tributária** e do arcabouço fiscal no Congresso no governo Lula, e a reforma da Previdência e a independência do BC (Banco Central) nos anos anteriores. "O Brasil alcançou progresso em importantes reformas para enfrentar os desafios econômicos e fiscais", diz a agência em relatório.

No mercado internacional, a atenção dos investidores se voltou nesta quarta para a decisão de juros nos Estados Unidos. Em linha com as expectativas, o Fed (Federal Reserve, banco central dos EUA) voltou a subir a taxa de juros em 0,25 ponto percentual, para uma faixa de 5,25% a 5,50% -o nível mais alto em 22 anos.

Embora tenha deixado a porta aberta para novas altas, a decisão da autoridade monetária dos EUA trouxe alívio para os mercados. Nas Bolsas dos Estados Unidos, as perdas do Nasdaq e do S P 500 perderam intensidade após a decisão do Fed, com os índices encerrando os negócios em leve queda, de 0,12% e 0,02%, respectivamente. Já o Dow Jones teve alta de 0,23%. No Brasil, o Ibovespa inverteu o sinal e passou a operar em alta após a decisão do Fed.

Sávio Barbosa, economista-chefe da Kínitro Capital, diz que trabalha com um cenário-base em que o aumento de hoje será o último desse ciclo de alta de juros pelo Fed.

"Essa leitura se deve a perspectiva mais benigna que temos para a **inflação** americana", afirma Barbosa, acrescentando que a dinâmica da **inflação** dará conforto ao Fed para manter a taxa de juros estável ao

longo dos próximos meses, mesmo com um ritmo de crescimento saudável.

Entre as maiores altas do dia na B3, as ações do Carrefour subiram 8%, após a rede de supermercados reportar na véspera que as vendas líquidas cresceram 8,1% no segundo trimestre, para R\$ 25,9 bilhões.

Também com ganhos expressivos, os papéis da Copei avançaram 3,4%, após a empresa lançar a oferta pública de ações que levará à sua privatização a partir da diluição da participação do estado do Paraná em seu capital.

Segundo o economista André Perfeito, a melhora da nota pela Fitch, a desaceleração da **inflação** e os avanços da **Reforma Tributária** e do arcabouço fiscal abrem espaço para que o BC (Banco Central) inicie o ciclo de redução dos juros com uma queda de 0,50 ponto percentual no próximo dia 2 de agosto.

A expectativa do mercado até alguns dias atrás era de uma redução de 0,25 ponto percentual da Selic pelo BC na semana que vem, mas os dados benignos de **inflação** do IPCA-15 divulgados nesta terça contribuíram para que aumentassem as apostas por um corte mais agressivo dos juros.

Site: <https://oestadoce.com.br/digital/27-07-2023-edicao24624/>

Juros nos EUA são os mais altos em 22 anos

Fernanda Perrini

Após uma breve pausa no ciclo de alta de juros no mês passado, o Federal Reserve, o banco central dos EUA, voltou a subir a taxa em 0,25 ponto percentual em reunião de ontem, para uma faixa de 5,25% a 5,50% - o nível mais alto em 22 anos - e deixou a porta aberta para novas altas. A decisão, unânime, não surpreendeu o mercado, que apostava em um novo aumento. A dúvida agora é qual será o próximo passo do Fed em sua missão de controlar a **inflação** americana. Questionado sobre um novo aumento de juros na próxima reunião do Fed, em 20 de setembro, o presidente da autoridade monetária, Jerome Powell, afirmou a jornalistas que isso é possível, assim como uma pausa.

No **comunicado**, a instituição afirma que a atividade econômica vem crescendo em um ritmo "moderado" - na reunião anterior, a avaliação era de um ritmo "modesto". O Fed também destaca que a alta de preços e a expansão de vagas de trabalho seguem em patamar elevado. "O comitê vai continuar a avaliar informações adicionais e suas implicações para a política monetária", afirmou o Comitê Federal de Mercado Aberto (Fomc, na sigla em inglês).

A alta divulgada ontem foi a 11ª elevação em 12 reuniões. A expectativa do mercado agora varia entre o fim do ciclo de altas ou uma nova alta de 0,25 ponto percentual até dezembro. Em junho, o Fed havia projetado que faria mais dois aumentos neste ano. Em nota após a decisão, o Goldman Sachs avalia que o Fed não deve mexer nos juros em setembro.

O banco central dos EUA subiu a taxa de um patamar próximo de zero em março de 2022 para mais de 5% na tentativa de desacelerar a economia e, assim, levar a alta de preços do país para dentro da meta, atualmente em 2%. Os dados mais recentes de **inflação** nos EUA mostram uma desaceleração. Em junho, o índice de preços ao consumidor registrou alta de 3% no acumulado em 12 meses, a menor variação em mais de dois anos. Indicadores relativos ao mercado de trabalho também têm mostrado um desaceleração, embora com alguma volatilidade.

Analistas, no entanto, avaliam que o Fed deve seguir adotando uma postura cautelosa diante desses dados. Em entrevista após a divulgação da decisão, Powell, afirmou que o núcleo de **inflação** (que exclui itens de maior volatilidade) ainda segue elevado. Por outro lado, há o temor de que a dose aplicada já seja alta

demaís, derrubando a economia para além do necessário - muitos economistas, inclusive do próprio Fed, vinham projetando uma recessão nos EUA, o que não se confirmou até agora.

Ontem, Powell afirmou que a autoridade americana passou a descartar uma retração neste ano e disse ser uma "bênção" o fato de a elevação dos juros ter ocorrido sem resultar em uma disparada do desemprego - a taxa está em 3,6%, praticamente a mesma de quando a autoridade começou o aperto monetário. O BC americano vem diminuindo o ritmo de elevação dos juros, e chegou a fazer uma pausa em junho. A expectativa é que o banco central americano consiga fazer o que economistas chamam de "pouso suave": um desaquecimento da economia suficiente para colocar a **inflação** sob controle, mas não a ponto de minar a atividade.

Site:

<https://digital.em.com.br/estadodeminas/27/07/2023/p1>

BC americano eleva juros para o maior patamar desde 2001

VITOR DA COSTA

O Federal Reserve (Fed, o banco central americano) voltou a elevar os juros em 0,25 ponto percentual ontem, depois de uma pausa em seu ciclo de aperto monetário no mês passado. A taxa agora está no intervalo entre 5,25% e 5,5%, o maior patamar desde 2001. É o 11º aumento em quase um ano e meio. A decisão, unânime, já era esperada pelo mercado.

O anúncio ocorre uma semana antes da reunião do Comitê de Política Monetária (Copom). Para analistas, no entanto, o atual patamar dos juros americanos não deve impedir que nosso BC inicie o ciclo de cortes da Selic em agosto.

"Indicadores recentes sugerem que a atividade econômica vem crescendo em ritmo moderado. Os ganhos de empregos foram robustos nos últimos meses, e a taxa de desemprego permaneceu baixa.

A **inflação** segue elevada", afirmou o Fed, em **comunicado**.

A meta de **inflação** do Fed é de 2%. No mês passado, o índice ficou em 3% no acumulado em 12 meses - mas o núcleo, que exclui componentes voláteis de alimentos e energia, avançou 4,6%.

SEM EFEITO A CURTO PRAZO

O Comitê Federal de Mercado Aberto (Fomc, pela sigla em inglês) ressaltou que continuará a avaliar os indicadores econômicos. Estes incluem "condições do mercado de trabalho, pressões inflacionárias, expectativas de **inflação**, e desenvolvimentos financeiros e internacionais".

No Brasil, analistas não esperam que a alta dos juros americanos pese nas decisões de política monetária do nosso BC, pelo menos no curto prazo. Para agosto, eles mantêm a projeção de corte na Taxa Selic.

-Uma taxa de juros mais alta nos EUA limita um pouco o quanto a Selic pode recuar sem que você tenha uma pressão adicional no câmbio. Esse debate deve ocorrer mais no próximo ano, quando a Selic estiver rodando os 10%. Não coloca nenhum impedimento para que o Brasil inicie o ciclo de corte de juros agora na reunião de agosto -afirmou o economista-chefe da

Kínitro Capital, Sávio Barbosa.

Para o economista-chefe da EQI Asset, Stephan Kautz, os fatores domésticos devem ser mais preponderantes para a decisão do Copom: - Um discurso mais hawkish (favorável à retirada de estímulos) do Fed poderia afetar a decisão do BC brasileiro, porém mais na intensidade do ciclo de cortes do que no timing, dado que a sinalização é que os cortes devem se iniciar mesmo nessa reunião de agosto.

"POUSO SUAVE"

Em entrevista coletiva após o anúncio, o presidente do Fed, Jerome Powell, reafirmou o compromisso de levar a **inflação** de volta à meta. Ele disse que os efeitos do aperto monetário ainda não foram totalmente sentidos e reforçou a dependência de novos dados nas próximas reuniões.

Powell ressaltou que a **inflação** "moderou um pouco" desde meados do ano passado, mas não descartou uma nova alta de juros: -É possível manter, mas também subir (a taxa) na reunião de setembro.

Apesar de descartar a possibilidade de corte de juros a curto prazo, Powell disse que os economistas do Fed não preveem mais uma recessão nos EUA este ano: - Não quero usar o termo "otimista", mas há uma chance de pouso suave na economia.

Barbosa, da Kínitro, destaca que o cenário para a **inflação** global é mais benigno e avalia que o Fed não precisará mais elevar os juros. Kautz, da EQI, também acredita que o ciclo de aperto chegou ao fim.

Em Nova York, o índice Dow Jones fechou em alta de 0,23%, mas o S P 500, mais amplo, caiu 0,02%. No Brasil, o Ibovespa subiu 0,45%, na quinta alta consecutiva, aos 122.560 pontos, o maior patamar desde 9 de agosto de 2021.

Já o dólar recuou 0,46%, a R\$ 4,7276, a menor cotação desde 20 de abril de 2022.

Site:

https://acervo.folha.uol.com.br/digital/leitor.do?numero=50350&anchor=6480803&maxTouch=0&_ga=2.128235083.653560810.1690341420

**1980247189.1672582619&_mather=757bf67604fe4aa8&pd
=9596d667063efd76b1ff92b3b1636539**

"Se Copom não cortar Selic, vai surpreender o mundo"

FERNANDA TRISOTTO e EDUARDO RODRIGUES/BRASÍLIA

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, disse ontem que, se o Comitê de Política Monetária (Copom) do Banco Central não promover nenhuma redução na Selic na sua reunião da próxima semana, "vai surpreender o mundo". "Se não acontecer nada no próximo Copom, isso vai surpreender o mundo, não vai surpreender o Brasil.

Vai surpreender o mundo. Um país que está com a inflação menor do que a americana e europeia praticar uma política monetária dessas, qual é o objetivo disso?", questionou ele, em entrevista ao portal Metrôpoles.

A Selic está em 13,75% ao ano, e a expectativa do governo e do mercado é de que o Copom anuncie um corte de pelo menos 0,25 ponto porcentual, como reflexo da queda da inflação nos últimos meses.

Haddad disse que será difícil a Selic fechar 2023 abaixo dos dois dígitos, mas espera uma redução mínima do atual patamar para 12%. "Difícilmente (Selic abaixo de dois dígitos).

Estamos iniciando o ciclo de cortes agora. Espero que fiquemos no mínimo em linha com o mercado."

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Contas externas: déficit vai a US\$ 50 bi em 12 meses

RENAN MONTEIRO

As transações correntes do país - as contas entre o Brasil e o resto do mundo - acumularam déficit de US\$ 50 bilhões ou 2,50% do **PIB**, nos 12 meses encerrados em junho.

No mesmo mês do ano passado, esse indicador estava maior, em US\$ 52,6 bilhões, ou 2,94% do **PIB**.

O investimento direto no país (IDP) totalizou US\$ 80 bilhões, ou 4,01% do **PIB**, também em 12 meses, e financiou esse déficit.

Em junho, as contas externas ficaram negativas em US\$ 843 milhões, bem abaixo do esperado pelo mercado, que projetava superávit de cerca de US\$ 1 bilhão. Ainda assim, a visão dos economistas é de que a chamada "conta-corrente" do país com o exterior permanece sólida.

"Os resultados referentes ao mês passado nos levam a atribuir um viés de baixa às projeções para as transações correntes e IDP em 2023, mas longe de mudar nossa avaliação de solidez das contas externas brasileiras", avaliou a XP Investimentos em relatório.

OBC também divulgou que as reservas internacionais ficaram em US\$ 343,6 bilhões, um aumento de US\$ 132 milhões em relação a maio.

O déficit em conta-corrente é um indicador importante para se medir o risco de um país passar pelas chamadas "crises cambiais", quando a procura por dólares internamente supera a oferta de moeda estrangeira.

O Brasil não corre esse risco porque o déficit é baixo, coberto pelo investimento direto, e o Banco Central tem mantido um patamar elevado de reservas.

Site:

https://acervo.folha.uol.com.br/digital/leitor.do?numero=50350&anchor=6480803&maxTouch=0&_ga=2.128235083.653560810.1690341420-1980247189.1672582619&_mather=757bf67604fe4aa8&pd=9596d667063efd76b1ff92b3b1636539

Investir na primeira infância ajuda a superar problemas do país, diz Menezes

Rafael Vazquez

Investir na primeira infância - da gestação até os 6 anos de idade -, é a solução para diversos problemas da sociedade brasileira, inclusive os econômicos. A tese é do economista Naercio Menezes Filho, professor do Insper e estudioso do assunto há vários anos.

Segundo Menezes, estudos internacionais conduzidos pelo economista James Heckman, vencedor do Nobel de Economia de 2000, apontam que projetos bem-sucedidos de apoio à crianças vulneráveis desde o nascimento proporcionam no longo prazo retorno econômico. Para cada dólar investido na primeira infância, o ganho pode chegar a US\$ 7.

A atenção mais intensiva a esse público tende a melhorar a perspectiva de vida, o que consequentemente faz com que as crianças bem atendidas se tornem adultos mais produtivos, além de reduzir a propensão a problemas de saúde mental e até mesmo física.

O economista explica que o tema envolve melhorias em diversas áreas, do saneamento básico a educação infantil e visitas de agentes públicos às famílias. Ele defende a ideia de que o debate não deve se mover para encontrar um número mágico de investimento.

O ideal, segundo Menezes, é que, primeiro, os governantes reflitam sobre quais projetos precisam ser executados para depois saberem quanto cada ação vai custar e convencer a sociedade a redirecionar os recursos.

A partir deste ano, agosto passa a ser, oficialmente, o Mês da Primeira Infância, após a aprovação de lei no Congresso Nacional, sancionada em julho pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Embora tenha caráter mais simbólico, a iniciativa que será caracterizada pela cor verde busca reproduzir o sucesso de outras campanhas de conscientização, como o Outubro Rosa e o Novembro Azul, e soma-se ao marco regulatório de 2016, que estabeleceu ações práticas para o poder público, mas ainda patina na execução tanto em nível federal quando estadual e municipal.

Leia a seguir os principais trechos da entrevista: Valor: Existe um movimento crescente no Brasil e no mundo que tenta mobilizar os governantes a considerarem mais políticas públicas diretas para a primeira infância.

Isso pode trazer benefícios econômicos para um país?

Naercio Menezes Filho: Com certeza.

A hora que as pessoas realmente entenderem isso, vão colocar mais importância na primeira infância. Há vários problemas na sociedade que ficariam mais fáceis de solucionar. Os políticos demoram para entender porque estão muito preocupados com eles mesmos, em primeiro lugar. Mas, quando começa a ter pressão da sociedade, começam a ver que, se as crianças receberem condições ideais desde o nascimento, a tendência é que todos se beneficiem no longo prazo.

Valor: Existem dados concretos que apontem essa direção?

Menezes: A principal referência são os estudos do James Heckman.

Um deles, com observações em cima do chamado Perry School Project, apontou um retorno econômico de 6% a 10% ao ano entre as crianças que participaram de um programa de pré-escola adequado [em comparação ao grupo de participantes do estudo que não teve].

Essa taxa de retorno foi calculada comparando os custos do programa com os retornos em termos de educação, saúde, salários e outros indicadores. No longo prazo, acumulando esse retorno ano a ano e calculando o benefício final total, resulta em sete vezes o valor investido.

Ou seja, US\$ 7 para cada US\$ 1 dólar investido. Isso porque há vários impactos sobre produtividade, pagamento de **impostos** e assim por diante, incluindo menos gastos que o governo precisará ter em outras áreas.

Valor: Dá para dizer que cada real que o Brasil investir vai receber um retorno econômico de 10% ao ano?

Menezes: Não é tão simples assim, pois cada projeto

gera uma taxa de retorno própria, dependendo da sua qualidade. Os estudos do Heckman são altamente intensivos e multissetoriais, e com crianças de famílias muito vulneráveis.

Quando se olha para um país inteiro é complicado achar esse número preciso, porque estamos falando de investimentos que vêm de todas as partes. Creche, educação infantil, estratégias de saúde da família e inclusive programas de transferência de renda que impactam as crianças.

Valor: Parece óbvio que uma criança que teve alimentação, educação e cuidados de saúde adequados desde o início da vida tende a se tornar um adulto mais produtivo.

Por que, então, esse debate está crescendo só agora no Brasil?

Menezes: O Brasil avançou muito nos últimos dez anos em relação ao tema. No começo do século ainda não se falava muito de primeira infância. Mas a partir dos anos 2000 economistas, baseados nos estudos do Heckman, começaram a olhar mais e se aliaram a pesquisadores de outras áreas como neurociência, educação e saúde que já apontavam essa importância.

Valor: A neurociência avançou bastante na década de 1990...

Menezes: Exatamente. Estudos de neurociência passaram a mostrar que o desenvolvimento cerebral é muito rápido na primeira infância, que o cérebro vai se moldando a partir das interações que a pessoa tem na vida. Não é uma coisa só genética. E aí mais pesquisadores começaram a prestar atenção.

Entidades do terceiro setor começaram a promover o tema e disseminar a importância da primeira infância. Mas é uma coisa que ganhou mais força de uns dez anos para cá, eu diria.

Valor: É possível estimar quanto o Brasil precisaria investir em políticas públicas para a primeira infância para obter esses retornos sinalizados pelos estudos de Heckman?

Menezes: Acho que não há necessidade de definir um número.

No momento que você começa a querer definir um número, todo o debate se volta para isso, toda a barganha vai para uma ideia de "aumentar esse investimento para 3% ou 6% do PIB", por exemplo. Isso não é benéfico, na verdade.

Valor: Não seria interessante ter recursos assegurados para fazer os investimentos necessários?

Menezes: Acredito que o foco tem que ir, primeiramente, para a elaboração de políticas que funcionem.

Saber o que precisa fazer antes de saber quanto vai gastar. Esse deve ser o ponto de partida. Concluir o que precisamos fazer para dar a todas as crianças oportunidade de se desenvolver plenamente, que possam entrar na escola, aprender e ter habilidades socioemocionais, ter saúde mental boa, entrar no mercado de trabalho no futuro, ganhar dinheiro e assim por diante. Quanto custam essas políticas? Não sabemos ainda. O risco é acabar gastando mais sem obter resultados. É melhor, primeiro, incentivar a definição das políticas, depois ver o quanto vão custar e, em seguida, tentar convencer a sociedade a financiá-las.

Valor: Por que não vemos muitos políticos, principalmente candidatos a cargos do Executivo, falando dessa importância da primeira infância?

Menezes: Acredito que seja um processo. Antigamente, quase não se falava de educação também.

Saúde sempre foi um tema mais falado porque é uma coisa muito visível.

Se a pessoa está morrendo, isso chama atenção, aparece na televisão e o candidato sempre teve que ter uma proposta para lidar com isso. Só mais recentemente que a sociedade começou a se preocupar se as crianças estavam todas na escola e aí os políticos começaram a elaborar propostas educacionais. Essas questões da primeira infância não estavam tão claras. A preocupação era se a criança nasceu bem, se estava no peso ideal. E, se estava tudo certo, a estratégia era deixar ela quietinha e com quatro ou cinco anos matriculava na pré-escola, quando começavam a detectar os problemas. Valor: A atenção dos próprios pais com os filhos já aumentou, não?

Menezes: Sim. Agora, as pessoas começaram a notar coisas do tipo: espera aí, ela não está subnutrida, mas está demorando muito para andar ou para falar as primeiras palavras. O assunto já começa a aparecer mais, reportagens estão sendo feitas e isso vai chegar nos planos de governo. O avanço vem em ondas.

Valor: Uma lei aprovada este ano transforma agosto, oficialmente, no Mês da Primeira Infância. A iniciativa é válida do ponto de vista prático?

Menezes: É mais simbólico, mas tudo que vier para ajudar a despertar a atenção das pessoas é válido.

Veja os exemplos das campanhas de vacinação e os resultados que já tiveram. Outubro Rosa também levantando a questão do câncer de mama e o Novembro Azul com o câncer de próstata. As pessoas vão se conscientizando. Como economista, inclusive, diria que o custo é pequeno em relação aos ganhos que podem vir.

Valor: Considerando que o Brasil é um país com tantos problemas ainda mal resolvidos, inclusive com alto analfabetismo funcional em adolescentes e adultos, o senhor acha viável abrir mais essa frente que demandará quantidade razoável de recursos públicos?

Menezes: Se não resolvermos o problema da primeira infância, não conseguiremos solucionar outros.

Veja, é muito difícil resolver o problema da educação se você não resolve o da primeira infância, porque a criança vai chegar na escola sem conseguir se concentrar, sem fazer a lição de casa, e aí não aprende mesmo. Consequentemente, começará a ter problemas de saúde mental. Nesse horizonte, depois impacta na produtividade do país.

Não vai ter gente capacitada se formando no ensino médio. A primeira infância é o meio necessário para resolver esses problemas. Ficará tudo mais fácil.

Valor: O senhor mencionou a produtividade, uma questão frequentemente apontada como causa do baixo crescimento econômico do Brasil. Priorizar a primeira infância nas políticas públicas pode solucionar esse problema?

Menezes: Sim. Precisamos ter pessoas bem qualificadas. E só teremos pessoas qualificadas se o aprendizado começar desde o início, e não só lá no ensino fundamental e no médio. Isso vale especialmente para as famílias mais pobres. Se olharmos para as crianças que nascem em famílias da classe E, D e C, elas crescem em um ambiente muito deteriorado ainda. Metade não tem saneamento básico e as casas costumam ser lotadas. E aí essas crianças vão para a escola e não conseguem aprender. Depois vemos que 25% dos jovens são nem-nem (nem trabalham e nem estudam).

Na hora que mais pessoas fizerem a conexão entre as diferentes fases do ciclo de vida, entenderão que para o país ter crescimento é preciso investir em pessoas. As empresas vão entender, os Estados e as prefeituras também.

Valor: Qual é o desenho eficaz de políticas públicas para a primeira infância?

Menezes: O ideal é o desenho de políticas intersetoriais. Por exemplo, o gestor que quer atuar na primeira infância precisa ter em mente quatro coisas - algumas de responsabilidade municipal e outras do Estado e da União. O primeiro é ter saneamento básico. A casa que essa criança vive tem que ter água e esgoto, senão já fica difícil. Depois, a família precisa receber transferência de renda, tipo o programa Bolsa Família, com valores elevados para quem tem criança. Fora isso, tem que haver um agente visitador, que é o que envolve os programas de estratégia de saúde familiar como o Criança Feliz [nacional], que já tem suas vertentes em vários Estados e cidades. Também é fundamental ter creches de qualidade.

É importante ter todos esses elementos juntos e aí fica claro como o desafio não é pequeno.

Sem falar que muitas entidades também já apontam a necessidade de haver espaços públicos seguros para as crianças brincarem e receberem estímulos importantes para a formação socioemocional.

Valor: Parece exigir um enorme esforço público em um país onde até pouco tempo uma parcela importante dos eleitores chamava o Bolsa Família de "bolsa esmola". É possível convencer essa sociedade?

Menezes: Sim. Já é praticamente um consenso. O Bolsa Família é um dos programas mais bem avaliados e os estudos não encontraram evidências de que ele aumenta o número de filhos por família ou reduz a demanda de trabalho das mães, como a percepção errada dessas pessoas supunha.

Tanto é que o governo Bolsonaro mudou o nome para Auxílio Emergencial, mas aumentou a ajuda para as famílias mais vulneráveis. E fez muito bem, por sinal, sem a resistência dos seus eleitores. Além disso, quando se fala de criança, todo mundo vê que é importante.

*

"Crianças que nascem em famílias da classe E, D e C, crescem em um ambiente deteriorado. E aí vão para a escola e não conseguem aprender"

Site: <https://valor.globo.com/virador/#!/edition/187613>

Falta de educação contextualizada eleva custo-Brasil (Artigo)

César Silva

O problema educacional brasileiro é crônico e afeta diretamente o crescimento econômico, a renda e o consumo das famílias. Não há como obter um crescimento sustentável e se tornar um país desenvolvido sem que haja mão de obra qualificada e, para isso, é preciso focar a formação do jovem de forma a prepará-lo para o mercado de trabalho, ampliando a produtividade. O que imporia diretamente o **PIB** (Produto Interno Bruto) potencial.

Nossa realidade, entretanto, é bem diferente. O Brasil, ao contrário dos países desenvolvidos como os europeus, apresenta menos de 10% dos jovens estudantes do ensino médio vinculados à educação profissional. Quando grande parte da população se encontra sem motivação para estudo e também fora do mercado de trabalho, percebemos que não basta uma economia estável, com **inflação** baixa, para que haja um crescimento de produção, de estímulo ao mercado. O problema é que falta um dos fatores mais relevantes que movimentaram as maiores economias do mundo: a capacidade produtiva da população.

De acordo com o ranking de produtividade da força de trabalho, desenvolvido pela escola de educação executiva suíça IMD (Instituto for Management Development), o Brasil está na 61ª posição de um total de 64 nações avaliadas. A pesquisa mostra que só ganhamos da Mongólia, Nova Zelândia e Venezuela.

A solução dos problemas de um país que se autodenominou "país do futuro" está no investimento na educação profissional técnica de nível médio. Os três últimos anos de estudo, na etapa da juventude, devem ser voltados para uma formação mais contextualizada e alinhada com as necessidades de produtividade do país. Tal mudança tende a reduzir a evasão dos estudantes e também trazer uma aplicação e um porquê para os temas de estudos e de aprimoramento do jovem.

O estudo Itaú Educação e Trabalho, financiado pelo Instituto Itaú e desenvolvido por especialistas do Insper, demonstra que, se houvesse um aumento de formação de jovens e adultos em educação profissional, o **PIB** cresceria rapidamente mais de 2,3%. Este tema não é novo, e desde 2014 o PNE, Plano Nacional de Educação, previa, em uma das

suas 20 metas, mais que duplicar a oferta de educação profissional.

O estudo científico é importante, mas é senso comum que população melhor formada para o mundo do trabalho produz mais e melhor. Com isto, não só se amplia a produção para exportação, como também, com maior renda, a população aumenta a demanda de mais e melhores produtos e serviços internos.

Esperamos que este movimento, trazido à tona, mais uma vez, agora por entidades de alto valor nos setores produtivos e educacionais motivem reais ações do Estado, pois o ensino médio ainda espera pela definição de como serão as trilhas formativas e sobre como a educação profissional pode ser um alicerce de construção de um país mais produtivo, mais igualitário socialmente.

César Silva, Diretor-presidente da Fundação de Apoio à Tecnologia (FAT)

Site: <https://meu-perfil.otempo.com.br/jornal-digital>